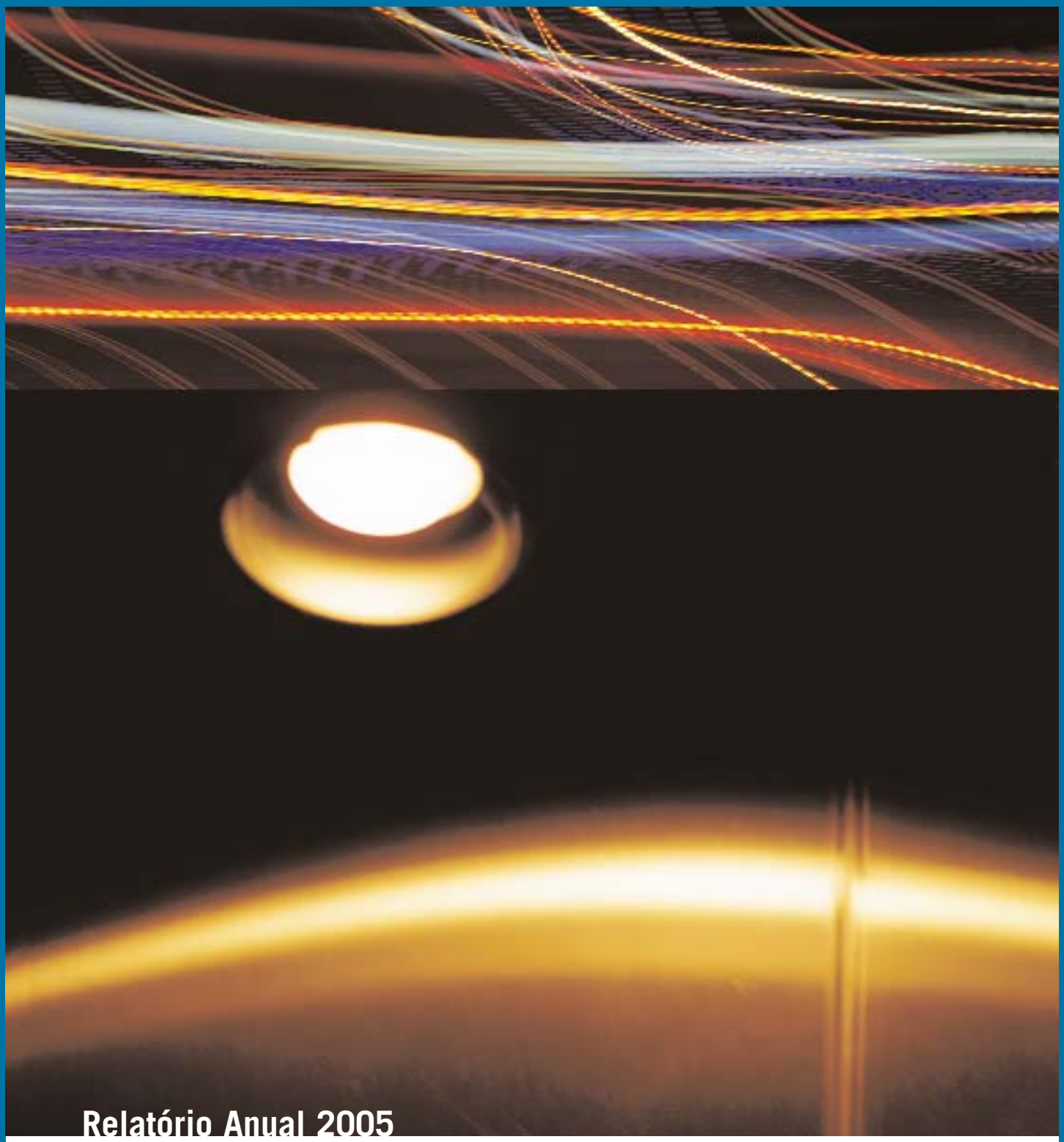


Relatório Anual 2005

Tractebel Energia

SUEZ

A Tractebel Energia, Companhia do Grupo SUEZ, é a maior geradora privada de energia elétrica do País, tendo registrado, em 2005, participação de 7,5% no total produzido nacionalmente. Sediada em Florianópolis (SC), possui um parque gerador composto por 13 usinas (seis hidrelétricas e sete termelétricas) em cinco estados (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás). A Companhia tem uma capacidade instalada de 5.860 MW.



Usinas Hidrelétricas

1.Salto Santiago (PR)
Capacidade Instalada 1.420 MW
Energia Assegurada 723 MWm

2.Itá (SC e RS)
Capacidade Instalada[1] 1.090 MW
Energia Assegurada[1] 513 MWm

3.Salto Osório (PR)
Capacidade Instalada 1.078 MW
Energia Assegurada 522 MWm

4.Cana Brava (GO)
Capacidade Instalada 450 MW
Energia Assegurada 273 MWm

5.Machadinho (SC e RS)
Capacidade Instalada[1] 383 MW
Energia Assegurada[1] 136 MWm

6.Passo Fundo (RS)
Capacidade Instalada 226 MW
Energia Assegurada 119 MWm

Total
Capacidade Instalada 4.647 MW
Energia Assegurada 2.286 MWm

Usinas Termelétricas

7. Complexo Jorge Lacerda[2] (SC)
Capacidade Instalada 857 MW
Energia Assegurada 598 MWm

8.William Arjona (MS)
Capacidade Instalada 190 MW
Energia Assegurada 177 MWm

9.Charqueadas (RS)
Capacidade Instalada 72 MW
Energia Assegurada 45 MWm

10.Alegrete (RS)
Capacidade Instalada 66 MW
Energia Assegurada 41 MWm

11.Lages (SC)
Capacidade Instalada 28 MW
Energia Assegurada 25 MWm

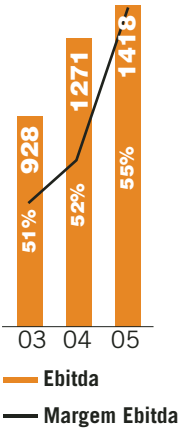
Total
Capacidade Instalada 1.213 MW
Energia Assegurada 886 MWm

1: Parte detida pela Tractebel Energia
2: Complexo formado por três unidades

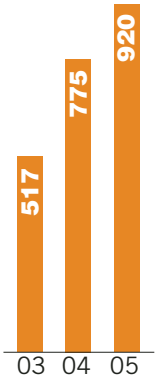
Receita Operacional Líquida
(R$ milhões)



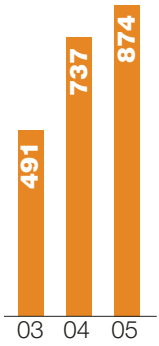
Ebitda
(R$ milhões)
e Margem Ebitda (%)



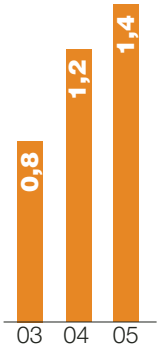
Lucro Líquido
(R$ milhões)



Distribuição de Dividendos
(R$ milhões)

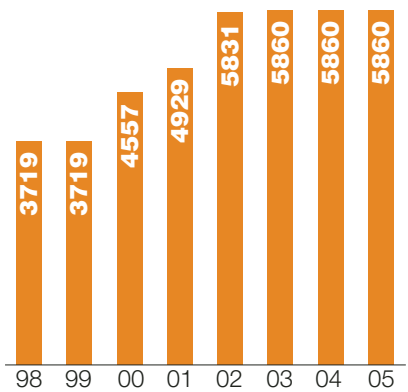


Resultado do Serviço / Empregado
(R$ milhões)



Evolução da Capacidade de Geração (MW)

Capacidade instalada cresceu 58% desde a privatização



Destaques de 2005

- Lucro líquido recorde atinge R$ 920 milhões, 19% maior do que o de 2004.
- EBITDA supera R$ 1,4 bilhão, com aumento de 12% sobre 2004.
- Disponibilidade média de energia em suas 13 usinas ultrapassa 97%.
- Ampliada a participação dos clientes livres, que passam a representar 21% da receita.
- Companhia adere ao Novo Mercado da Bovespa, com reflexos positivos para os acionistas.

RESUMO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E OPERACIONAIS

Valores em R$ milhões	2003	2004	2005	Var.% 2005 / 2004
Receita operacional bruta	1 953	2 662	2 904	9,1%
Receita operacional líquida (ROL)	1 831	2 470	2 600	5,3%
Resultado do serviço (EBIT)	700	1 047	1 210	15,5%
EBITDA (1)	928	1 271	1 418	11,6%
EBITDA / ROL	51%	51%	55%	-
Lucro líquido	517	775	920	18,7%
Ativo total	6 132	6 205	5 705	-8,1%
Patrimônio líquido	2 602	2 787	2 686	-3,6%
Dívida líquida	1 957	1 345	1 244	-7,5%
Dívida total	2 305	1 994	1 524	-23,6
Dívida total / Patrimônio líquido	89%	72%	57%	-
Dívida total / EBITDA	2,5	1,6	1,1	-
Energia vendida (GWh)	24 327	29 440	29 823	1,3%
Número de empregados	844	849	893	5,2%

(1) EBITDA representa: lucro líquido + resultado financeiro + resultado não operacional + contribuição social e imposto de renda + depreciação e amortização + amortização do ágio em controladas.

Tractebel Energia

SUEZ

Relatório Anual 2005

02 Mensagem da Administração
04 Perfil Corporativo
10 Valores da Tractebel Energia
12 Gestão e Governança Corporativa
16 Estratégia de Negócios
20 Desempenho Operacional
24 Desempenho Econômico-Financeiro
30 Mercado de Capitais
34 Gestão de Meio Ambiente
42 Gestão de Responsabilidade Corporativa
51 Informações Corporativas

Demonstrações Financeiras

A Tractebel Energia publica desde 1998 o seu Relatório Anual. As informações apresentadas nesta publicação referem-se à atuação da Companhia em 2005.

Mensagem da Administração

A sólida atuação da Tractebel Energia dentro do novo modelo de gestão do setor elétrico marcou o ano de 2005. Tendo como base o sério comprometimento com os desempenhos econômico-financeiro, operacional e institucional, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 920 milhões, crescimento de 18,7% em relação a 2004. Foram destinados aos acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, valores equivalentes a 95% do lucro líquido anual. O patrimônio líquido alcançou R$ 2.686 milhões em 31 de dezembro de 2005.

Foi um ano de bons resultados também no desempenho operacional. A Tractebel Energia obteve uma excelente performance do parque produtivo, alcançando o patamar de 97,2% de disponibilidade em suas usinas, desconsiderando-se as paradas programadas. A produção acumulada nos 12 meses de 2005 totalizou 29.801 GWh, o que representou 7,5% da energia requerida pelo sistema elétrico nacional, e atendeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul. Esse índice mantém a média dos últimos cinco anos.

Após a implementação do novo modelo regulatório para o setor elétrico, a Tractebel Energia participou dos leilões de energia realizados durante o ano: vendeu 200 MW médios no leilão de energia nova e 531 MW médios nos pregões de energia existente, em contratos que prevêem início da entrega em 2008 e 2009. Segundo os dados referentes à energia assegurada e contratos em vigor de compra e venda, o balanço energético da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com a atual capacidade quase totalmente contratada até 2008.

Ao concluir a reestruturação da área comercial, a Tractebel Energia investiu consideravelmente no relacionamento com os clientes livres. A estratégia da Companhia é aumentar a participação do segmento industrial em sua carteira de contratos. Para tanto, adotou uma política ativa de fidelização que possibilita a adequação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor. A participação dos consumidores industriais na receita da Companhia, que era praticamente nula em 2000, atingiu 21% em 2005, quando sua carteira era composta por mais de 100 clientes livres.

Para aumentar a liquidez das ações da Companhia, foi feito um grupamento de ações seguido da conversão da totalidade das ações preferenciais de seu capital em ordinárias. Em novembro, as ações da Tractebel Energia passaram a ser listadas no Novo Mercado, garantindo o mais alto nível de governança corporativa da Bovespa. Além disso, a controladora SUEZ Energy South America Participações vendeu parte de suas ações, passando a deter 68,7% do capital total e ampliando a base de acionistas. O mercado de capitais passou a ser um importante parceiro para garantir o futuro crescimento da Companhia. Nesse sentido, a Tractebel Energia decidiu ampliar e tornar mais transparente o relacionamento com seus acionistas.

A Administração também implementou ações que tiveram como foco o público interno, a comunidade das regiões de sua área de concessão e o meio ambiente. Entre os projetos sociais, merece destaque o de Revitalização Econômica e Social de Vila Vermelho, comunidade do entorno da Usina Hidrelétrica Cana Brava (GO), que recebeu importante investimento em infra-estrutura, cursos de capacitação profissional e de promoção social. O cumprimento das obrigações da legislação ambiental resultou na obtenção da licença de instalação da Usina São Salvador, em Tocantins. Também foram revalidados os certificados ISO 9001 (qualidade) e ISO 14001 (normas ambientais) para sete usinas, além de dar seqüência ao processo de certificação das demais.

Com foco e estratégia, a Tractebel Energia busca cada vez mais a rentabilidade e a sustentabilidade da produção de energia no Brasil.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Presidente da Tractebel Energia

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Crescimento com qualidade

Em suas 13 usinas, a Tractebel Energia gerou 7,5% da produção nacional de energia elétrica

PERFIL CORPORATIVO

A Tractebel Energia é uma subsidiária do Grupo SUEZ, de origem franco-belga, que atua em mais de 100 países no setor de eletricidade e gás. Trata-se do maior grupo prestador de serviços de energia da Europa, onde também mantém a liderança na gestão de resíduos industriais. É ainda a primeira empresa do mundo em tratamento de água.

Sediada em Florianópolis (SC), a Tractebel Energia é a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil. Seu parque é composto por 13 usinas, sendo seis hidrelétricas e sete termelétricas, que responderam por 7,5% da energia gerada no País em 2005. A Companhia detém integralmente o controle em 11 usinas, enquanto que em duas (hidrelétricas Itá e Machadinho) atua por meio de consórcios com outras empresas. A capacidade instalada própria de geração das 13 usinas alcança 5.860 MW.

Sete das usinas do parque gerador são certificadas pela norma ISO 9001 (normas de qualidade) e ISO 14001 (normas ambientais).

Em sua atuação comercial, a Tractebel Energia atende as principais concessionárias distribuidoras de energia do País, além de manter uma significativa carteira de mais de 100 clientes livres.

A Companhia possui capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), e sua controladora detém 68,7% das ações, o que lhe assegura o controle acionário desde 15 de setembro de 1998.

Setor Privado
Capacidade Instalada (GW)

Tractebel Energia	**5,9**
AES Tietê	2,7
Duke Paranapanema	2,2
Endesa	1,0
CPFL	0,9
Neo Energia	0,8
Energias do Brasil	0,5

Fonte: Relatórios das empresas (dezembro 2005)

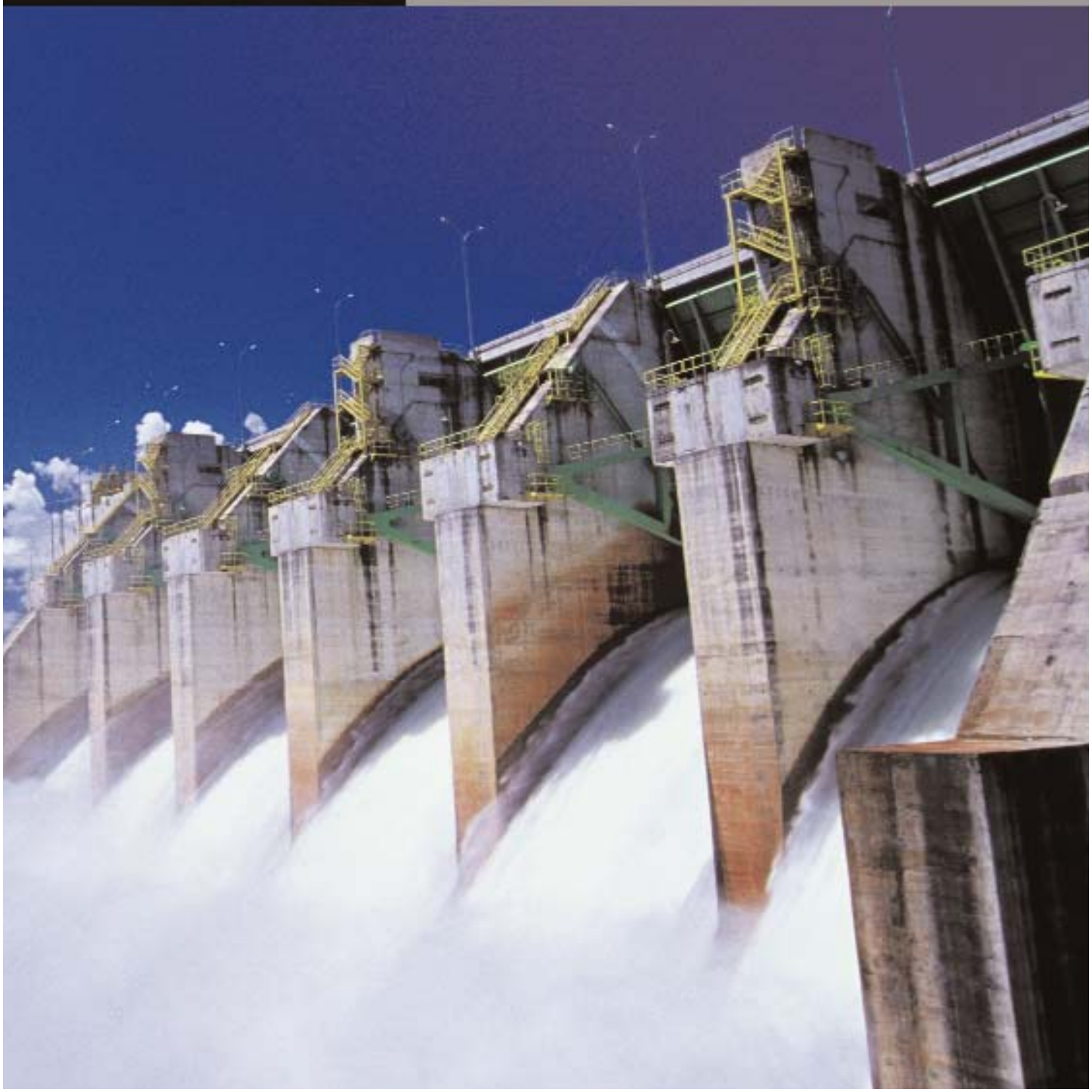
Composição do capital em dezembro de 2005



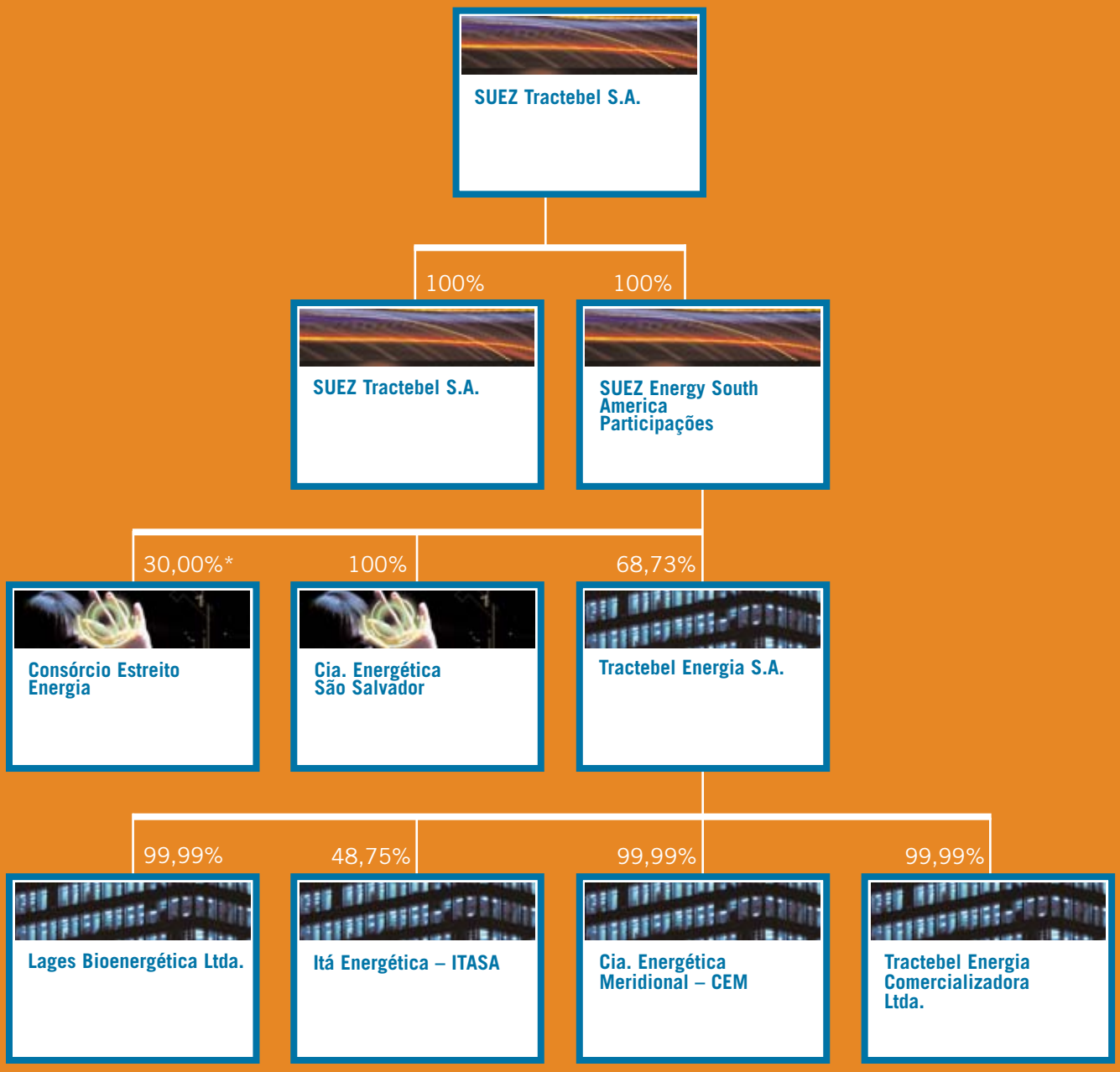
68,7% SUEZ Energy South America
10,0% Banco Clássico
2,8% BNDESPAR
1,9% União Federal
16,6% Outros



A Tractebel Energia é a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil



Organograma Societário



(*) Em fevereiro de 2006, a SUEZ Energy South America Participações adquiriu participação adicional neste projeto, elevando a sua participação no consórcio para 40,07%.

A Tractebel Energia detém o controle acionário de quatro empresas, das quais três de forma integral e uma a partir da participação de 48,75% do capital social votante e total.

Lages Bioenergética Ltda.

Constituída em 2002, atua como produtora independente de energia por meio da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC). Trata-se de uma usina de co-geração, com um turbogerador a vapor de 28 MW, que produz energia utilizando resíduos de madeira (biomassa) como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de vigência até outubro de 2032.

Itá Energética S.A. – ITASA

Detém a concessão para a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria por meio de consórcio com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia de Cimento Itambé. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de cinco grupos geradores de 290 MW. O prazo de concessão para construção e exploração está vigente até outubro de 2030.

Cia. Energética Meridional – CEM

Detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW, proveniente de três grupos geradores de 150 MW. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência até agosto de 2033.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Constituída em outubro de 2000 com o objetivo social de comercializar energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações e a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Em dezembro de 2005, a Tractebel Energia Comercializadora possuía contratos com 32 clientes, representando volume de venda de 360 MW médios.

Conheça a história da Tractebel Energia

1998

Privatização

Aquisição da companhia estatal Gerasul, em setembro, com capacidade instalada para gerar 3.719 MW.

2000

Itá gera energia

Início da operação da Usina Hidrelétrica Itá (RS/SC), no Rio Uruguai.

Assinatura do primeiro contrato de venda direta a um consumidor livre.

2001

William Arjona em ação

A Usina Termelétrica William Arjona (MS) torna-se a primeira a usar gás natural do Gasoduto Brasil–Bolívia.

2002

Expansão para Goiás

Início da operação da Usina Hidrelétrica Cana Brava (GO), no Rio Tocantins.

Início da operação da Usina Hidrelétrica Machadinho (RS/SC), no Rio Uruguai.

A Companhia promove o primeiro leilão de venda de energia elétrica do País.

A Companhia assume a marca de sua controladora e passa a se chamar Tractebel Energia S.A.

2003

Capacidade instalada alcança 5.860 MW

Início da operação da Unidade de Co-geração Lages, a primeira movida a biomassa de Santa Catarina.

A capacidade instalada alcança 5.860 MW, com crescimento de 58% em seis anos.

2004

Consolidação do mercado livre

A Tractebel Energia consolida sua participação no mercado livre de energia elétrica. Os contratos com grandes consumidores industriais ultrapassam a marca de 700 MW médios.

Sete das 13 usinas do parque gerador da Tractebel Energia recebem a certificação das normas ISO 9001 e ISO 14001.

2005

Governança Corporativa

A Tractebel Energia passa a integrar o Novo Mercado da Bovespa.

A Companhia participa do primeiro leilão de energia nova do País, comercializando 200 MW médios.

Os contratos com grandes consumidores industriais superam 1.000 MW médios.

Em dezembro, a Tractebel Energia é selecionada para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa, que reúne companhias com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

Compromisso com o futuro

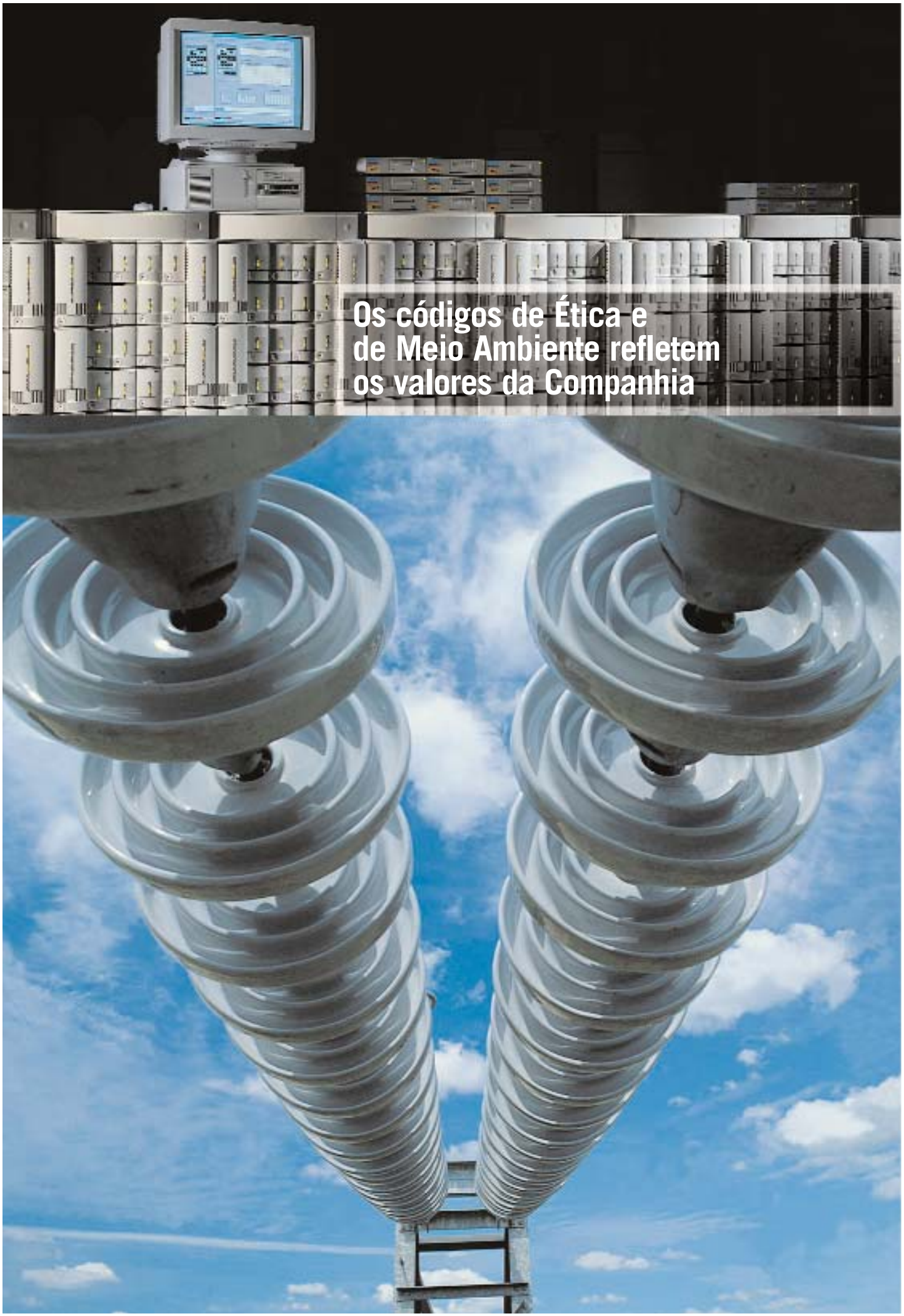
Os valores corporativos da Tractebel Energia têm como base a ética, o profissionalismo e o respeito ao meio ambiente

VALORES DA TRACTEBEL ENERGIA

A Tractebel Energia tem definidos valores que norteiam sua atuação no mercado e seu relacionamento com clientes, empregados e profissionais terceirizados. Esses valores são difundidos constantemente de modo que se tornem a base da filosofia das relações internas e externas da Companhia.

O conjunto de valores que fundamentam o Código de Ética e o Código de Meio Ambiente praticados em todas as empresas do Grupo SUEZ tem por base os seguintes princípios:

- Profissionalismo – O profissionalismo é uma exigência por competência, habilidade, rigor e paixão pela profissão. Todo o trabalho deve ser realizado dentro das melhores técnicas para prestar um serviço de qualidade.
- Cooperação – Representa um compromisso de longo prazo com todos os parceiros através da conduta leal e transparente. Atuamos com mais eficácia se nos associarmos a outros em nossa evolução.
- Espírito de equipe – O espírito de equipe é antes de tudo a ajuda mútua. É o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de conhecimentos. É a filosofia de gestão na qual se privilegia o coletivo diante de interesses individuais para que todos saiam vitoriosos.
- Criação de valor – Todas as ações, individuais ou coletivas, devem buscar a criação de valor, para incrementar a rentabilidade e a solidez financeira da Empresa, garantindo sua autonomia e perenidade.
- Respeito ao meio ambiente – A Tractebel Energia deve sempre contribuir para melhorar de forma sustentada a qualidade de vida, preservando o meio ambiente. O respeito ao meio ambiente é ponto central da filosofia da Companhia.
- Ética – A ética é um valor que permeia todos os outros cinco valores e lhes dá vida. Deve guiar o comportamento diário e assim se consituir em uma garantia de êxito e de perenidade da Tractebel Energia e do Grupo do qual faz parte.


Os códigos de Ética e
de Meio Ambiente refletem
os valores da Companhia

O ano da governança

Adesão ao Novo Mercado da Bovespa e às regras da Lei Sarbannes-Oxley conduzem práticas de referência

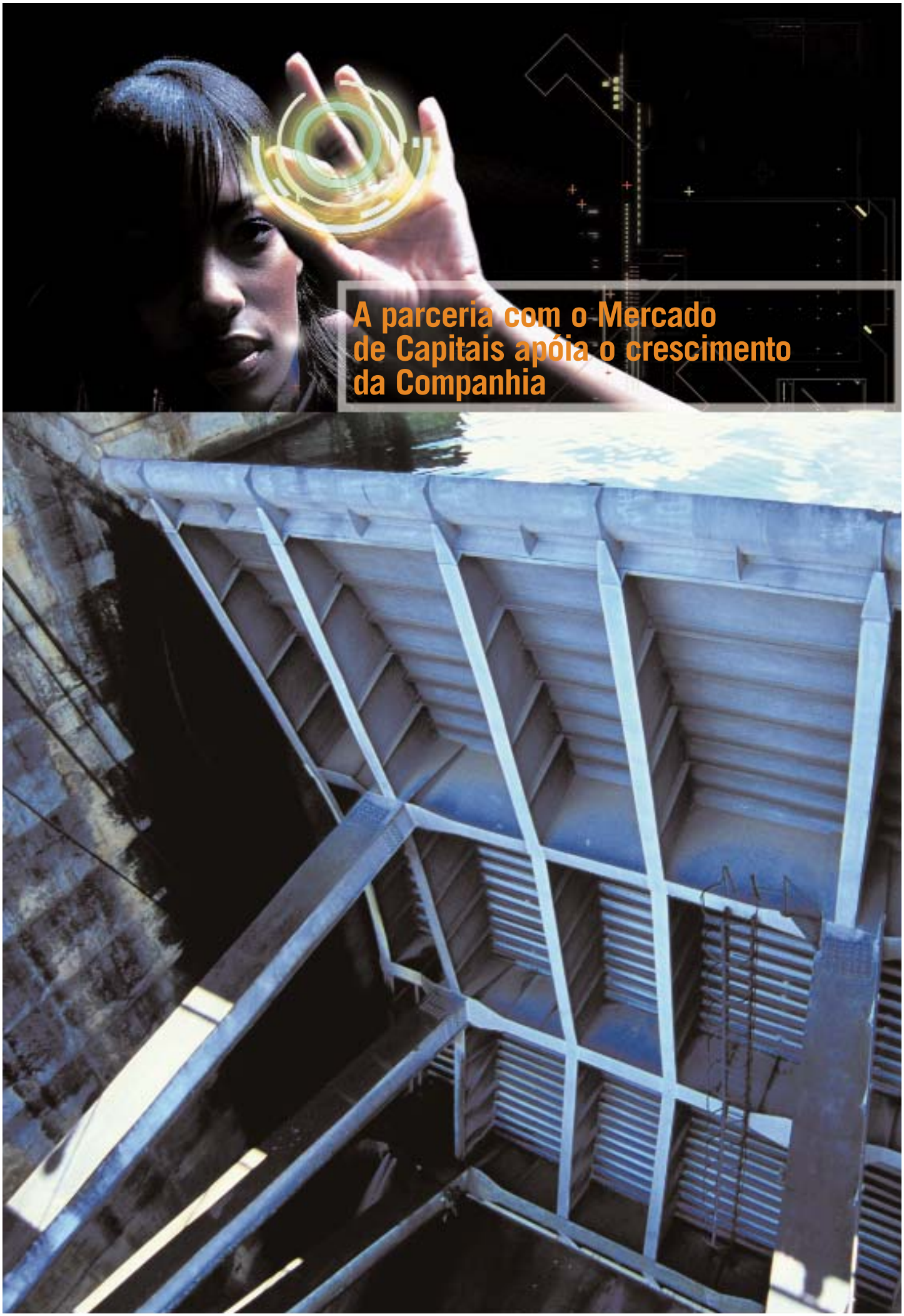
A Tractebel Energia considera que 2005 foi o ano da governança corporativa. Isso porque o modelo de gestão escolhido avançou em ações que redundaram em um relacionamento ainda mais transparente com os investidores e no aumento da liquidez das ações da Companhia. Durante o ano, a Empresa cumpriu todos os requisitos para aderir, em novembro, ao Novo Mercado da Bovespa.

Uma dessas iniciativas foi a conversão de suas ações preferenciais em ordinárias e a padronização dos direitos e obrigações a todos os acionistas. Além disso, a controladora, SUEZ Energy South America Participações Ltda., vendeu parte da sua participação no capital, ampliando a base de acionistas e, conseqüentemente, favorecendo a liquidez das ações. Com isso, criou condições para que o mercado de capitais se torne um importante parceiro para garantir o futuro crescimento da Companhia.

Atualmente, o Conselho da Administração da Tractebel Energia possui sete membros, com presidente e vice-presidente escolhidos pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária. A Diretoria Executiva da Companhia é composta após análise curricular feita pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de três anos e é permitida a reeleição.

Dentro do processo de avanços na governança corporativa, pelo menos 20% dos conselheiros deverão ser independentes, adequação a ser feita em 2006.

Também merece destaque o prosseguimento da adaptação da estrutura de controle interno às regras da Lei Sarbannes-Oxley, o que ampliará a segurança das informações financeiras da Companhia.


A parceria com o Mercado
de Capitais apóia o crescimento
da Companhia

Com grande empenho no planejamento, a Companhia busca permanentemente a melhor estratégia para o aumento da receita e a geração de novos negócios

Fundamentos da Gestão

A base do sistema de gestão da Tractebel Energia é o seu modelo de planejamento, que atua em quatro frentes – operacional, comercial, financeiro e regulatório.

O planejamento financeiro faz um diagnóstico da Companhia para os próximos cinco anos, detalhando orçamentos e realizando rigorosa análise de riscos. Para isso, emprega metodologia reconhecida e recomendada pela sua controladora, a SUEZ.

As análises do mercado consumidor e o conhecimento antecipado das solicitações do sistema de energia elétrica fazem parte do planejamento operacional, viabilizando a programação mais eficiente da manutenção do parque e da alocação da produção.

O planejamento comercial avalia os negócios em andamento e vende a produção a partir dos parâmetros estabelecidos por um Comitê de Energia, que se reúne regularmente para avaliar a necessidade de mudar rumos e estratégias de negócios.

Por fim, o planejamento regulatório cuida das relações da Companhia com as associações do setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Ministério das Minas e Energia e o Legislativo.

O que é o Novo Mercado da Bovespa?

O Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações de companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. Conheça alguns dos requisitos:

- ☐ Capital social da companhia deve ser composto apenas por ações ordinárias.
- ☐ Extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia (tag along).
- ☐ Conselho de Administração com mínimo de cinco membros e mandato unificado de até dois anos, permitida a reeleição. No mínimo, 20% dos membros deverão ser conselheiros independentes.
- ☐ Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social da companhia.
- ☐ Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital.
- ☐ Qualidade e transparência na divulgação das informações financeiras.
- ☐ Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários.

Conselho de Administração

Maurício Stolle Bähr – *Presidente*
Jan Franciscus María Flachet – Vice-Presidente
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Manoel Arlindo Zaroni Torres
Dirk Beeuwsaert
Nicolas Alain Marie Tissot
Luiz Antônio Barbosa

Diretoria Executiva

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e
Diretor de Implantação de Projetos

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Avançar com o Brasil

Investir com disciplina, maximizar a eficiência da carteira de clientes e manter a eficiência operacional para permanecer líder

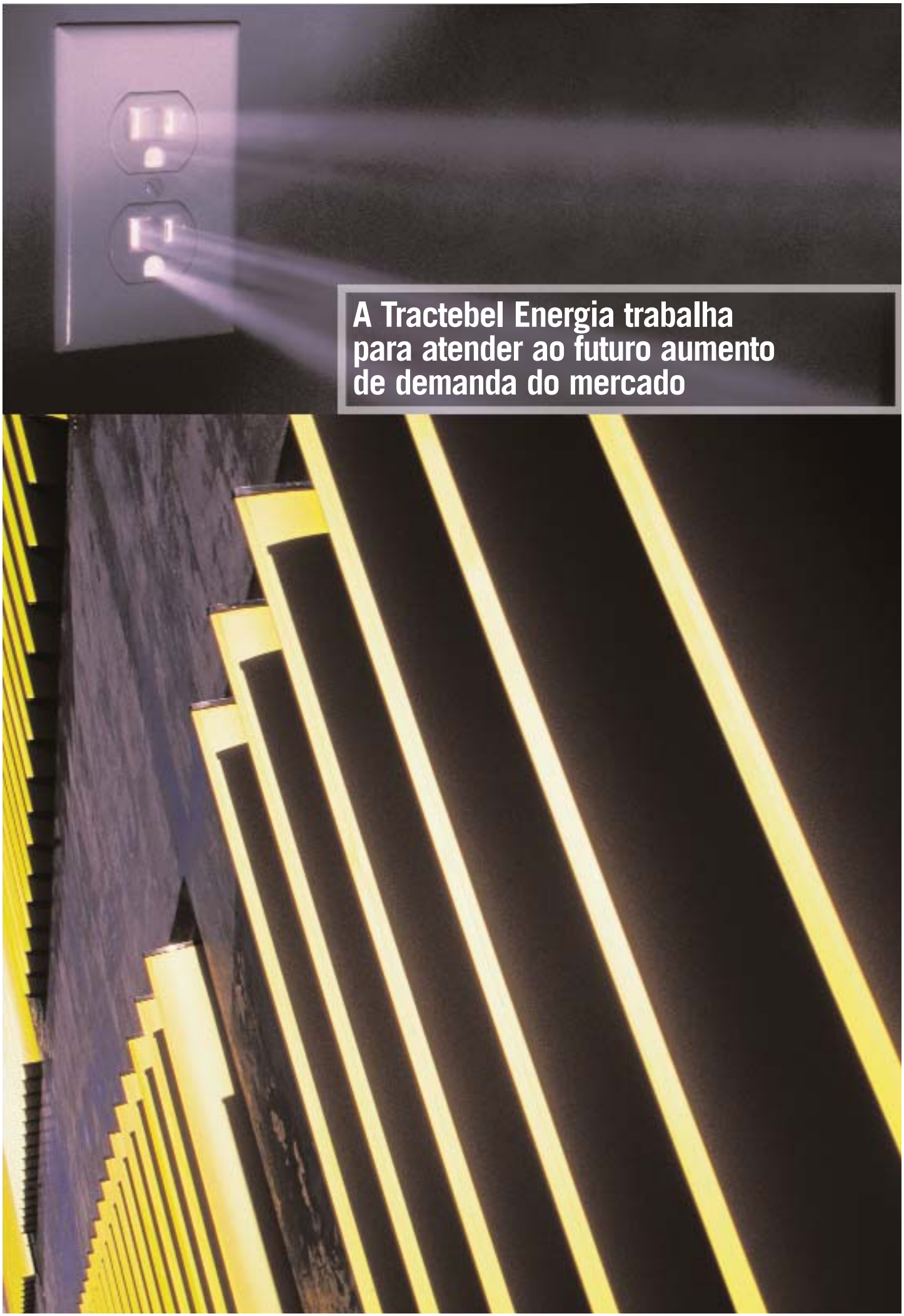
ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

Manter a liderança no mercado privado brasileiro de geração de energia elétrica. Esse é o foco estratégico da Tractebel Energia. Para tanto, está estruturada para acompanhar o desenvolvimento econômico do País, que deverá ser apoiado por uma maior oferta de energia. Dentro desse contexto, a estratégia de negócios da Companhia tem como base três pilares: o crescimento com disciplina financeira, de maneira a suportar o aumento da demanda por geração e garantir, no mínimo, a manutenção da atual participação de mercado; a maximização da eficiência da carteira de clientes, baseada no equilíbrio entre contratos de longo prazo com distribuidoras e de médio e curto prazos com consumidores livres; e a eficiência operacional, capaz de assegurar a maior disponibilidade possível de sua capacidade instalada.

Estar preparada para atender no momento adequado às necessidades do mercado. Assim a Tractebel Energia conduz seus negócios. Os bons resultados financeiros refletem a disciplina na administração de recursos e tornam a Companhia apta para novos investimentos: seja por meio de projetos novos, como as usinas São Salvador e Estreito, na bacia do Rio Tocantins, hoje alocados na controladora, seja pela aquisição de ativos já existentes.

Posicionamento

A Tractebel Energia encerrou o ano de 2005 com sua capacidade de geração quase totalmente contratada até 2008. Com a contratação antecipada de sua disponibilidade nesse período, a Companhia desfruta de confortável posição comercial. A partir de 2009, período para o qual há expectativas de demanda e preço crescentes, a Tractebel Energia terá volumes adicionais de energia para contratação. Esses recursos devem ser o foco dos esforços comerciais e das novas estratégias de negócios.



A Tractebel Energia trabalha para atender ao futuro aumento de demanda do mercado

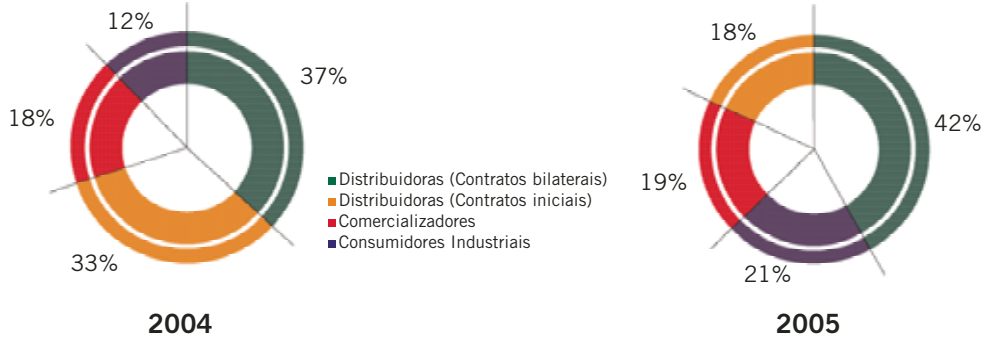
A Companhia conta com uma carteira diversificada de clientes, que abrange concessionárias distribuidoras de energia, comercializadoras e consumidores livres (grandes indústrias e estabelecimentos comerciais). Dentre os clientes industriais atendidos, destacam-se empresas que atuam nos setores de papel e celulose, fertilizantes, gases industriais, petroquímico, automobilístico e alimentício.

É nesse segmento que a Tractebel Energia procura expandir sua presença. Estima-se que os clientes livres representem 30% do mercado total de energia elétrica no País, com potencial de consumo equivalente a 14 mil MW médios, embora até dezembro de 2005 ainda respondessem por somente 8 mil MW médios. Atenta a isso, a Tractebel Energia tem investido na ampliação desse segmento de mercado dentro da sua carteira de clientes. A participação dos consumidores industriais na receita da companhia, que era praticamente nula em 2000, atingiu 12% em 2004 e 21% em 2005, quando sua carteira registrava mais de 100 clientes livres.

Fidelização de clientes

Dentro da política ativa de comercialização de energia foram implementadas iniciativas voltadas à fidelização dos consumidores livres. Uma delas foi a flexibilidade para a compra de energia ao longo do ano, ajustada às variações da demanda do cliente, que pode prever em contrato, inclusive, as paradas para manutenção de suas instalações.

Participação dos clientes na receita líquida



2004 **2005**

Outra ação estratégica é, sempre que possível, implantar um sistema para medição de consumo dos clientes livres. A ferramenta permite ao cliente analisar a qualidade da energia efetivamente consumida, com o objetivo de obter a máxima eficiência dos equipamentos e processos. Com isso, a Companhia alcança padrão diferenciado de relacionamento com esses clientes, ao mesmo tempo em que atua na otimização da energia disponível de suas usinas para venda.

Em todas as decisões comerciais, a Tractebel Energia trabalha para garantir a confiabilidade de seus serviços. A Companhia tem sido tão bem-sucedida nesse relacionamento que algumas vezes é demandada a ir ao mercado para comprar energia e, assim, abastecer seus clientes.

Exportação de energia

A estratégia de atuação da Tractebel Energia inclui a permanente atenção às novas oportunidades de negócios – tanto que, em 2004, foi a primeira companhia do País a ganhar um leilão de energia para exportação. O bom desempenho em leilões desse tipo se repetiu em 2005. A participação dessa atividade ainda é pequena diante da totalidade dos negócios da Companhia, mas indica um potencial a ser explorado.

A Tractebel Energia se credencia para esse tipo de mercado por conta da vantagem geográfica de seu parque gerador, em sua maior parte localizado na Região Sul do Brasil, a mais próxima dos atuais países compradores, Argentina e Uruguai, e do fato de possuir elevada capacidade de geração térmica, aquela que é objeto desse tipo de operação. Esses aspectos representam grandes diferenciais competitivos nas disputas para exportação.

Eficiência na produção

O investimento na revitalização do parque gerador rendeu disponibilidade de energia de 97,2%

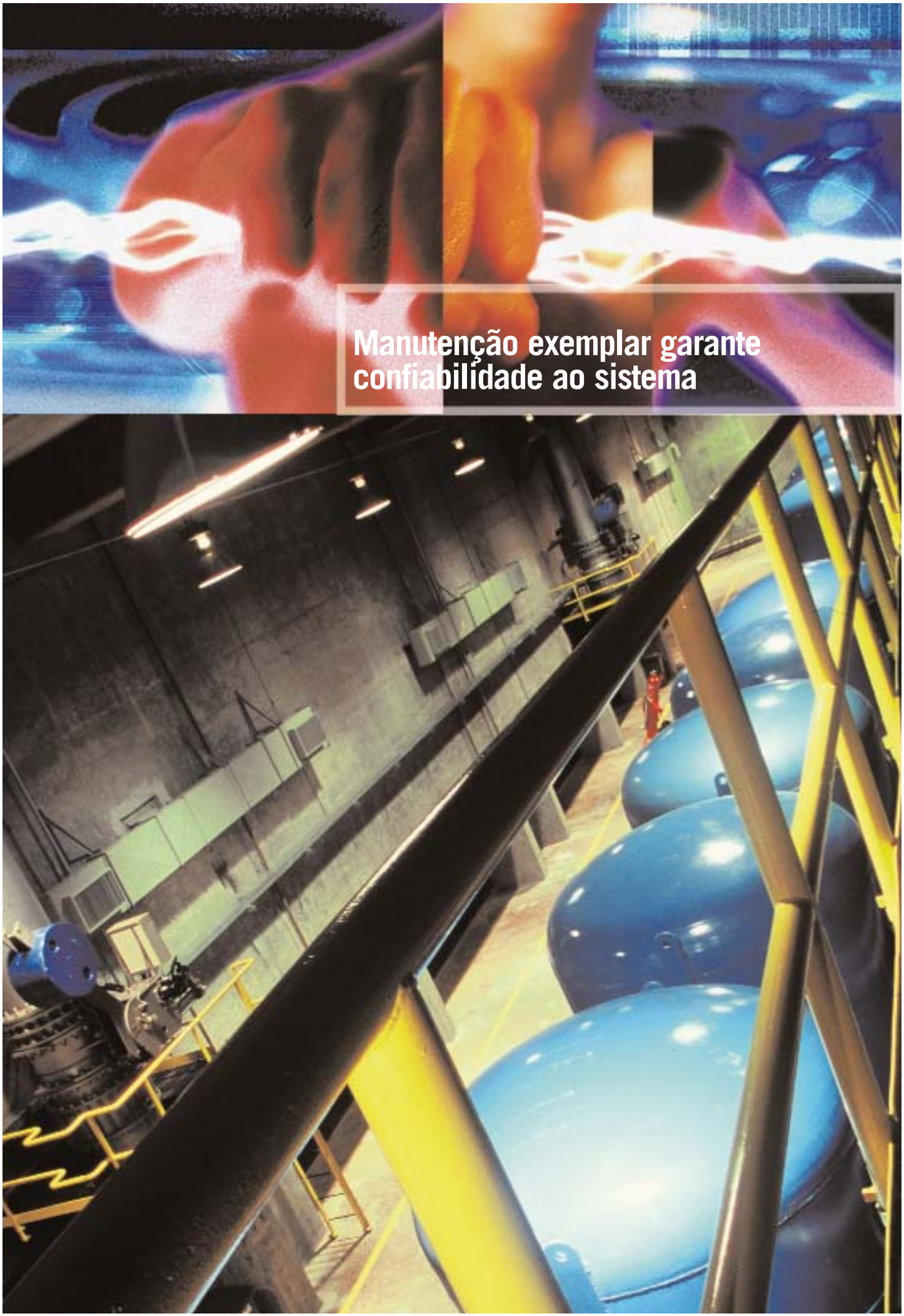
DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2005, a Tractebel Energia gerou 29.801 GWh, o que representou 7,5% da energia requerida pelo sistema elétrico nacional, e atendeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul. Esse índice mantém a média dos últimos cinco anos. Do total produzido, 24.721 GWh foram gerados em usinas hidrelétricas e 5.080 GWh, em termelétricas.

Um dos maiores desafios da geração de energia elétrica é tornar a capacidade produtiva de suas usinas disponível ao máximo para atender às demandas contratuais. A razão está na própria forma de organização do mercado. Deve-se estar adequado às necessidades do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que garante o abastecimento de todas as regiões, diante de fatores sobre os quais se detém maior ou menor controle, como manutenção de equipamentos ou o nível das águas nos reservatórios das hidrelétricas.

Em 2005, o objetivo empresarial de manter uma disponibilidade geral, desconsideradas as paradas programadas, acima de 96%, foi superado: a Tractebel Energia alcançou 97,2% de disponibilidade. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 90,8%. Para atingir esse alto índice, colocou-se em prática um cronograma de manutenção, de modo a interferir o mínimo possível na programação produtiva, garantindo mais confiabilidade ao sistema.

Para alcançar essa eficiência operacional, o setor produtivo da Tractebel Energia está estruturado em cinco áreas: geração hidráulica, térmica, manutenção, controle de operação e meio ambiente. A interação entre elas é essencial para que a operação funcione de modo a garantir a produtividade necessária para atender o portfólio de clientes, oferecendo energia elétrica com qualidade.



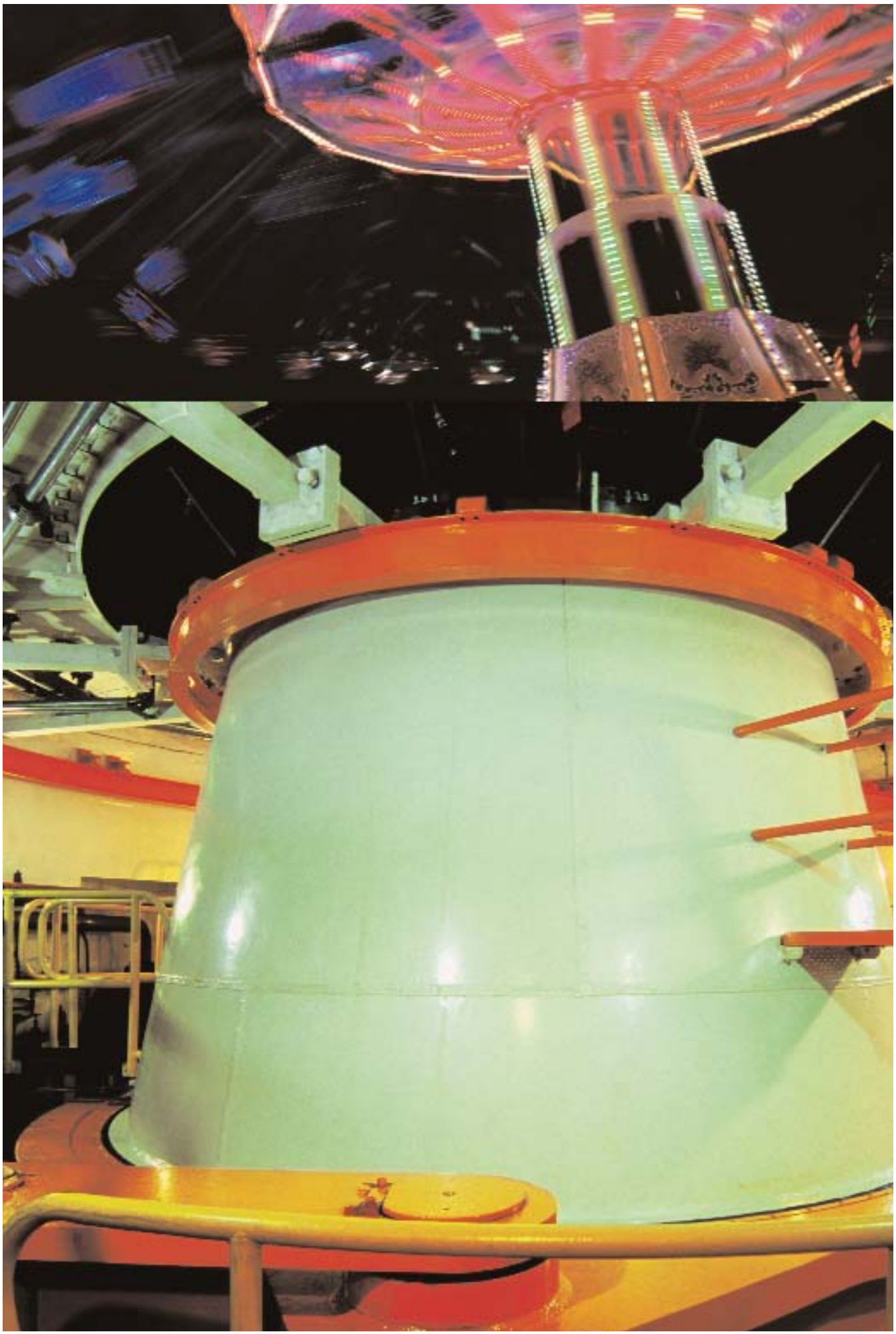
Manutenção exemplar garante confiabilidade ao sistema

Os investimentos no programa anual de manutenção e revitalização das usinas também contribuem para assegurar essa qualidade. Em 2005, a Tractebel Energia destinou R$ 44 milhões para essas ações. Foram modernizados os geradores hidráulicos da Usina Salto Osório e os geradores térmicos da Usina Jorge Lacerda B; o sistema digital de telemedição foi ampliado e novas unidades remotas para a supervisão das usinas foram instaladas. Somente a revitalização do precipitador eletrostático da unidade 6 de Jorge Lacerda B consumiu mais de R$ 7 milhões. Trata-se de um sistema que procede à filtragem das cinzas do carvão resultantes do processo de geração térmica.

Pesquisa e Desenvolvimento

Sob responsabilidade da Diretoria de Produção de Energia, a Companhia conduz os investimentos anuais de parte de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando melhorias no setor energético. Essa medida cumpre uma exigência do contrato de concessão. Apesar de ser a Aneel quem define o volume de recursos a serem investidos, é a Tractebel Energia quem decide voluntariamente quais os projetos que pretende desenvolver, nos quais procura assegurar a qualidade dos temas analisados em parceria com diversas instituições, tais como universidades, fundações e centros de pesquisa.

Entre 1999 e 2005, foram desenvolvidos 112 projetos. Dentre esses projetos, destacam-se os de aproveitamento das cinzas de carvão geradas pelas termelétricas na construção de casas populares, a descoberta de novas espécies de peixes no reservatório da Usina Hidrelétrica Passo Fundo e o desenvolvimento de tecnologias de soldagem, de aumento da eficiência térmica e de aproveitamento do resíduo da indústria madeireira para a geração de energia elétrica. Somente em 2005, a Aneel aprovou 18 projetos de pesquisa e desenvolvimento da Tractebel Energia nas áreas de meio ambiente, geração térmica, operação e planejamento.



Rentabilidade e segurança

Com crescimento de 18,7%, o lucro líquido alcançou o valor recorde de R$ 920 milhões

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ambiente macroeconômico

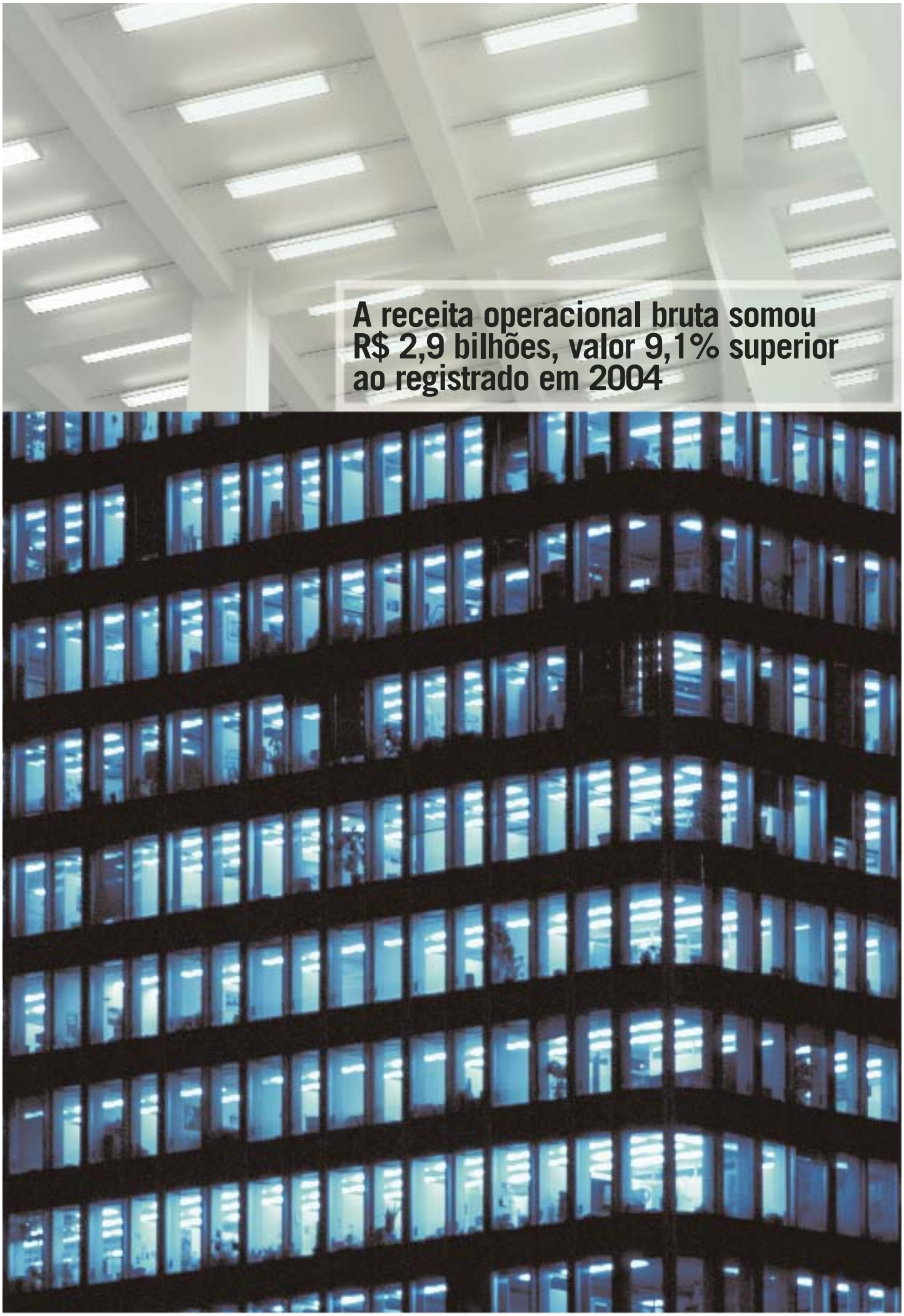
O ano de 2005 foi marcado pela pouca tensão econômica no mercado internacional e pela valorização cambial da moeda nacional. Mesmo com os níveis elevados dos preços do barril de petróleo, da evolução inflacionária dos Estados Unidos e da mudança na política de juros na zona do Euro, a balança comercial brasileira manteve variação positiva, registrando saldo recorde de US$ 44,7 bilhões, 32,8% maior do que o de 2004.

O setor público, por sua vez, fechou o período com um superávit primário de 4,97% do Produto Interno Bruto (PIB), acima da meta de 4,25%. Em contrapartida, a atividade econômica ficou aquém do esperado, movimento ratificado pelo baixo crescimento do PIB, de apenas 2,6%.

Ao manter sua política de troca de títulos cambiais por títulos da dívida interna e de compra de dólares no mercado futuro, o governo conseguiu reduzir sua dívida líquida em dólar de R$ 124 bilhões, em 2003, para R$ 16 bilhões. Mas a dívida interna aumentou sensivelmente, de R$ 623 bilhões para R$ 980 bilhões, em três anos. Já a dívida com o FMI, de R$ 15,5 bilhões, foi quitada antecipadamente em dezembro, dois anos antes do vencimento.

Outros indicadores foram negativos: inflação de 5,69% a.a. (IPCA), quando a meta era de 5,1% a.a.; taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano ainda em 18% a.a., com redução inexpressiva em relação a janeiro, quando era de 18,25% a.a.; e dívida líquida do setor público, que manteve proporção equivalente a 51% do PIB.

O consumo de energia elétrica no País cresceu 4,8% em 2005, totalizando 335.411 GWh. Os líderes de crescimento por segmento consumidor foram: comercial (7,2%), residencial (5,4%), industrial (2,4%) e outros (7,3%). O consumo industrial representou 45% do mercado nacional, enquanto o mercado residencial respondeu por 25%. O consumo médio por residência foi de 140 kWh por mês, ainda abaixo da média registrada antes do racionamento de 2001/2002, que era de 180 kWh por mês.



A receita operacional bruta somou R$ 2,9 bilhões, valor 9,1% superior ao registrado em 2004

Novas regras do setor: participação em leilões dentro do Ambiente de Contratação Regulada

Nos leilões de energia existente dos quais participou em 2005, a Tractebel Energia vendeu 150 MW médios em contratos com início de entrega em 2008 e 381 MW médios para 2009, por oito anos em ambos os casos.

Em 16 de dezembro de 2005 ocorreu o primeiro leilão de energia nova. Os contratos prevêem início da entrega da energia para os anos de 2008, 2009 e 2010, com suprimento pelos prazos de 15 anos para termelétricas e de 30 anos para as hidrelétricas. A Tractebel Energia negociou 200 MW médios, sendo 84 MW médios da Usina Hidrelétrica Machadinho e 116 MW médios da Usina Hidrelétrica Itá. O fornecimento de energia previsto nesses contratos deverá ter início em 2010 e o preço médio da operação foi de R$ 115,10/MWh.

Resultados e indicadores

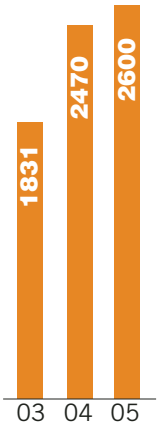
A receita operacional bruta da Tractebel Energia somou R$ 2.904,2 milhões em 2005, o que representa um crescimento de 9,1% em relação a 2004. A receita de suprimento de energia atingiu R$ 2.097,5 milhões e a receita de fornecimento de energia (vendida para clientes livres) foi de R$ 479,5 milhões, com alta de 5,6% e 28,7%, respectivamente, diante do exercício de 2004, demonstrando a importância do desenvolvimento do portfólio de clientes livres.

Alguns aspectos favoreceram esse desempenho. O volume de energia vendida durante o exercício foi de 29.823 GWh, representando uma expansão de 1,3% em relação aos 29.440 GWh vendidos em 2004.

A energia elétrica liberada dos contratos iniciais por conta da regulamentação do setor foi recontratada com distribuidoras, comercializadoras e consumidores industriais a preços superiores aos contratados anteriormente. Além disso, os reajustes dos preços da energia elétrica vendida por meio dos contratos iniciais e de contratos bilaterais se deram com base na variação do IGP-M (Índice Geral dos Preços de Mercado).

O preço médio dos contratos da Tractebel Energia, em 2005, alcançou aproximadamente R$ 85/MWh, patamar 16,4% superior ao preço médio da energia vendida através de contratos no ano anterior, que foi de R$ 73/MWh.

Receita Operacional Líquida
(R$ milhões)



Resultado do Serviço
(R$ milhões)



A receita líquida da Companhia em 2005 foi de R$ 2.599,8 milhões, 5,3% maior do que a de 2004. A maior parte das deduções sobre a receita bruta refere-se a tributos que incidem sobre as vendas. Eles aumentaram 61,1% na comparação de 2005 com o ano anterior, o que resulta num salto de R$ 185,6 milhões para R$ 298,8 milhões. O incremento deve-se, basicamente, ao aumento das alíquotas do PIS e da COFINS de 3,65% para 9,25% e ao aumento das vendas intra-estaduais a consumidores finais, sobre as quais há a incidência de ICMS.

Os custos e as despesas operacionais totalizaram R$ 1.390,2 milhões, o que, na comparação com 2004, aponta queda de 2,3%. O resultado da redução de despesas – de R$ 302,9 milhões para R$ 136,9 milhões – alicerça-se na diminuição de compra de energia para exportação em 2005. Além disso, a compra de energia da CIEN (geradora de energia elétrica do Grupo Endesa) foi inferior à de 2004, em razão da redução de lastro imposta pela Aneel para essa unidade produtora. Outros componentes que contribuíram para a variação:

☐ Custo com combustíveis para produção de energia elétrica: o aumento de 0,8% nos custos com combustíveis reflete a combinação entre o aumento nos preços contratados e o menor consumo de carvão mineral em 2005, uma decorrência da redução de geração de energia destinada à exportação.

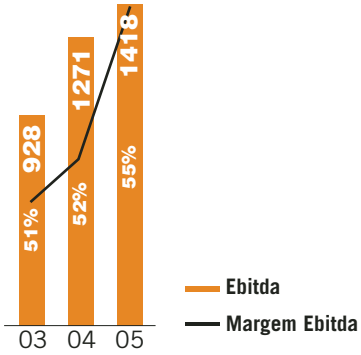
☐ Encargos de uso da rede elétrica: os gastos registraram crescimento de 20,4% em decorrência do aumento do volume de vendas através de contratos bilaterais em substituição aos contratos iniciais, sobre os quais não incidiam encargos de transmissão, bem como do reajuste que incidiu sobre as tarifas desse serviço.

☐ Pessoal, material e serviços de terceiros: os valores registrados nessas contas tiveram alta de 13% entre os exercícios, refletindo, além dos reajustes contratuais e salariais, acréscimo adicional decorrente de manutenção extraordinária ocorrida na Usina Jorge Lacerda B.

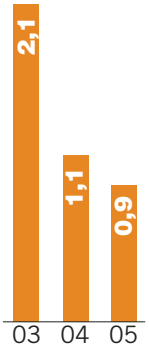
☐ Depreciação: a redução verificada nesta rubrica, de R$ 223,5 milhões para R$ 208,1 milhões, relaciona-se ao fato de que os valores de 2004 contemplam provisão para depreciação acelerada referente às unidades 4 e 5 da Usina Termelétrica William Arjona, no valor de R$ 13,9 milhões.

☐ Constituição e reversão de provisões operacionais: foram constituídas em 2005 provisões operacionais líquidas no montante de R$ 96,6 milhões, que se referem à provisão para benefício pós-emprego aumentada em função da alteração de hipóteses econômicas atuariais; à provisão para manutenções programadas por conta de reavaliações no programa de manutenção; e à provisão para contingências cíveis por causa de questionamento pela Companhia de descumprimento de cláusulas contratuais por parte de fornecedor de energia. Desse montante, são considerados não recorrentes valores da ordem de R$ 65,5 milhões.

Ebitda
(R$ milhões)
e Margem Ebitda (%)



Dívida Líquida / Ebitda



O resultado operacional (EBIT) foi de R$ 1.209,7 milhões, com expansão da margem operacional de 4,1% em relação ao exercício de 2004.

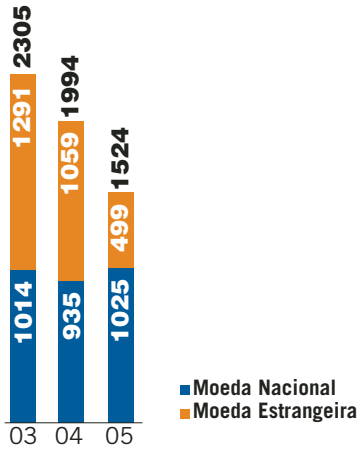
Como resultado do quadro apresentado, o EBITDA de 2005 alcançou R$ 1.417,8 milhões, representando uma margem EBITDA de 54,5%. Sem o efeito das provisões operacionais não recorrentes, no valor de R$ 65,5 milhões, o EBITDA ajustado de 2005 seria de R$ 1.483,3 milhões, equivalente à margem EBITDA de 57,1%.

Resultado financeiro

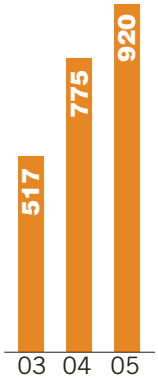
O resultado financeiro líquido passou de R$ 176,6 milhões para R$ 102,4 milhões entre exercícios comparados.

Tal resultado se justifica em diversas ações empreendidas em 2005: aumento de R$ 36,8 milhões na receita de aplicações financeiras decorrente de um maior volume de recursos disponíveis para aplicação no ano; redução de R$ 26,6 milhões nos encargos provenientes de dívidas que resultou, principalmente, do pré-pagamento, em maio, do financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R$ 328,6 milhões; um ganho de R$ 107,8 milhões proveniente de variações monetárias líquidas, que se deve, substancialmente, à valorização do Real frente à cesta de moedas que compõe a dívida (de 11%) e à atualização monetária de crédito de impostos compensados e de contas a receber de clientes em decorrência de acordo comercial; aumento da perda com operações de swap (swap de taxa de câmbio/juros) de R$ 102,1 milhões, resultante da valorização do Real diante da cesta de moedas do endividamento, que neutralizou parcialmente o ganho cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira.

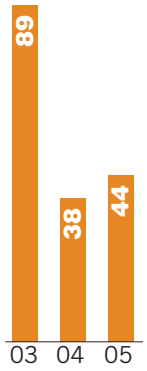
Composição da Dívida Bruta
(R$ milhões)



Lucro Líquido
(R$ milhões)



Investimentos
(R$ milhões)



A dívida bruta consolidada, incluindo encargos, totalizava R$ 1.523,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma queda de 23,6% comparativamente ao ano anterior. Essa redução é fruto da valorização do Real diante da cesta de moedas que compõe a dívida, das amortizações realizadas ao longo do exercício e da operação de pré-pagamento do já mencionado financiamento do BID, esta última tendo influenciado também a redução da exposição da dívida à moeda estrangeira na comparação com dezembro de 2004.

Do total da dívida em 31 dezembro de 2005, aproximadamente 33% estavam expostos à moeda estrangeira (53% em 31 de dezembro de 2004), dos quais cerca de 37% estavam protegidos da variação cambial através de instrumentos de hedge.

O lucro líquido atingiu R$ 920,1 milhões em 2005, valor 18,7% superior ao registrado em 2004.
O resultado recebeu contribuição positiva do crescimento da receita operacional, fruto da combinação de aumento das vendas para clientes livres e preços médios da energia contratada, e da redução dos custos de compra de energia elétrica no ano, além do efeito negativo do aumento dos impostos incidente sobre a venda.
Foi destinado aos acionistas, a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, o valor de R$ 874 milhões (R$ 1,34 por ação), equivalente a 95% do lucro líquido anual, do qual R$ 373 milhões e R$ 40 milhões foram, respectivamente, pagos e creditados em 2005, totalizando R$ 413 milhões.

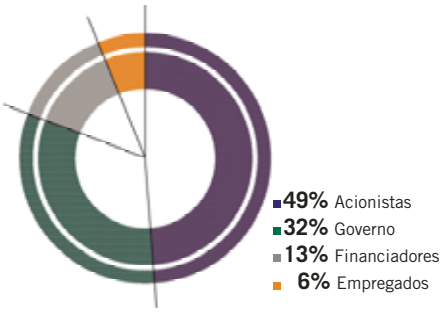
O saldo de dividendos propostos, no valor de R$ 461 milhões, e de juros sobre o capital próprio creditados, de R$ 34 milhões, líquido de IRRF, será pago até maio de 2006.

Investimentos

Foram investidos R$ 44 milhões em 2005, em sua maior parte no programa anual de manutenção e revitalização das usinas.

Demonstração do valor adicionado

O valor adicionado distribuído em 2005 foi de R$ 1.881,5 milhões, representando crescimento de 26% sobre 2004. Sua distribuição deu-se conforme ilustra o gráfico abaixo:



Padrão de excelência

Tractebel Energia aprimora seu modelo de relacionamento com acionistas e ingressa no Novo Mercado da Bovespa

MERCADO DE CAPITAIS

O principal fato registrado em 2005 no mercado de capitais para a Tractebel Energia foi a sua adesão ao Regulamento do Novo Mercado da Bovespa. Listada na Bolsa de Valores de São Paulo desde maio de 1998, a Tractebel Energia S.A. ingressou no Novo Mercado em 16 de novembro de 2005. Esse segmento de listagem é destinado às empresas que se comprometem, de forma voluntária, com a adoção de práticas e regras de governança corporativas adicionais às exigidas pela legislação.

As regras consolidadas no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações prestadas pelas companhias e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

No último trimestre do ano, a Tractebel Energia aprovou a reforma do seu Estatuto Social, visando adequá-lo às regras e aos procedimentos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Aprovou ainda uma nova política de dividendos, que compreende:

- elevação do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia de 25% para 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76;
- intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferior a 55% do lucro líquido ajustado. O valor dessas distribuições dependerá de vários fatores, tais como condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, condições macroeconômicas e estratégias de crescimento;
- distribuição de dividendos em períodos semestrais.



A Companhia adota práticas de governança modernas, que vão além das exigências legais

O desempenho eficiente da Tractebel Energia refletiu-se na valorização dos seus papéis: as ações ordinárias apresentaram um ganho de 70,1% em 2005, enquanto o Ibovespa registrou alta de 27,9% no mesmo período

A Tractebel Energia passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), que reúne as companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior no caso de alienação do controle, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade.

As ações ordinárias da Tractebel Energia são negociadas na Bovespa sob código TBLE3; além disso, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano Over-The-Counter (OTC) sob código TBLEY, sob a relação de 1 ADR = 5 ações ordinárias.

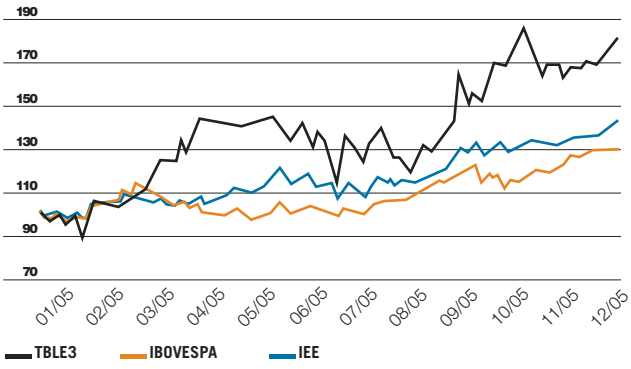
Em 2005, a Tractebel Energia aprovou a unificação de todas as classes de ações do seu capital social em um só tipo de ação ordinária, mediante a troca e conversão de cada ação preferencial existente por uma ação ordinária. Em 19 de setembro de 2005, o processo de conversão foi concluído, alcançando os objetivos pretendidos de equalizar os direitos conferidos para as ações de emissão da Companhia, adaptar a estrutura acionária aos melhores procedimentos de governança corporativa e conferir mais condições de liquidez para as suas ações. Em 31 de dezembro de 2005, o capital social da Companhia era de R$ 2.445,8 milhões, representado, após o grupamento e conversão referidos anteriormente, por 652.742.192 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Performance das ações

As ações ordinárias da Tractebel Energia (TBLE3) apresentaram ganho acumulado de 70,1% em 2005, comparado com uma valorização de 27,9% do Ibovespa – índice que reflete o desempenho de 57 papéis de maior liquidez no mercado – e de 42,9% do Índice de Energia Elétrica (IEE).

No ano, as ações registraram presença em 100% dos pregões e o volume médio diário de negociação registrado foi de R$ 2.550 mil, com acentuado crescimento a partir de novembro, quando foram completadas as ações da Companhia para formalizar a adesão ao Novo Mercado da Bovespa, incluindo a operação de oferta secundária de ações, que ampliou o free float para 31,3%. No encerramento do ano, os papéis estavam cotados a R$ 15,05/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 9.824 milhões.

TBLE3 vs. IBOVESPA vs. IEE
(BASE 100 – 31/12/2004)




A Companhia integra os índices
de ações de empresas com tag
along e governança diferenciados

Produção de energia sustentável

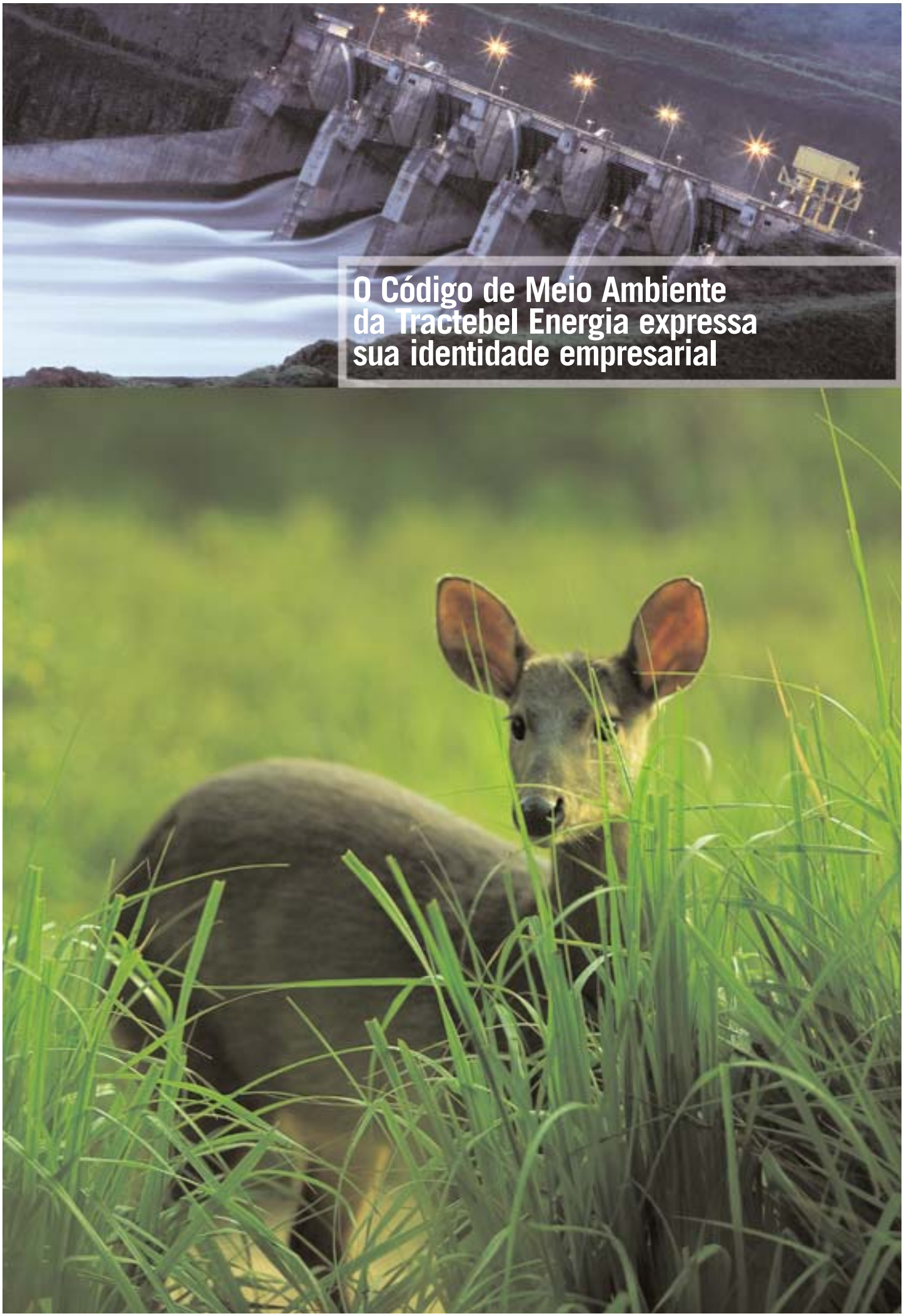
O compromisso com os recursos naturais resultou na inclusão da Tractebel Energia no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa

GESTÃO DE MEIO AMBIENTE

A atividade de geração de energia elétrica direcionou naturalmente a Tractebel Energia a atuar sob os princípios do desenvolvimento sustentável. Para nortear sua política ambiental, a Companhia criou um Código de Meio Ambiente, que pode ser acessado na íntegra através do site www.tractebelenergia.com.br. Nele, está expresso o seu comprometimento com o meio ambiente e o homem, de modo que esse respeito fundamente a sua própria identidade empresarial. Os princípios assegurados no Código são:

- Comprometimento
- Compreensão
- Capacitação técnica
- Compartilhar

A sua controladora, a SUEZ, também estabelece rigorosas metas ambientais, e a Tractebel Energia emite relatórios anuais que irão compor o relatório global do Grupo. Todas as usinas estão regularizadas em meio aos órgãos licenciadores ambientais e suas atividades são desenvolvidas buscando melhoria contínua de seus processos. Para operacionalizar esse compromisso, a Companhia possui um Sistema Integrado de Gestão Ambiental e da Qualidade tanto nas usinas certificadas pela norma ISO 9001 (normas de qualidade) e ISO 14001 (normas ambientais) como nas seis demais, como prerrogativa para obter a certificação ainda em 2006. As já certificadas são as hidrelétricas de Salto Osório (PR), Salto Santiago (PR), Passo Fundo (RS) e Itá (SC/RS) e o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC), com três usinas.



O Código de Meio Ambiente da Tractebel Energia expressa sua identidade empresarial

O esforço empreendido em 2005 na área ambiental possibilitou a entrada da Tractebel Energia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa. Trata-se de uma carteira de ações de companhias consideradas sólidas a longo prazo e com forte desempenho financeiro e nos quesitos sociais, ambientais e de governança corporativa.

Gestão ambiental das hidrelétricas

A Tractebel Energia desenvolve uma série de monitoramentos ambientais e ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes do uso dos reservatórios, em cumprimento à legislação ambiental. Procura também ir além e agir proativamente na sustentabilidade da geração de energia de fonte limpa e renovável. Entre as iniciativas realizadas estão:

Manejo pesqueiro

O monitoramento da ictiofauna (peixes) e da qualidade da água dos reservatórios é realizado constantemente nas usinas e é realizado normalmente em parceria com empresas e entidades de pesquisa das regiões de atuação da Tractebel Energia.

O que é ISO 14001?

A ISO (International Standardization for Organization) é uma ONG sediada em Genebra (Suíça). Desde 1947, quando foi fundada, tem o objetivo de ser o fórum internacional de normatização. O certificado de Gestão Ambiental ISO 14001 atesta responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades de uma organização e inclui os elementos centrais do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) a serem utilizados para certificação e registro. Entre os princípios está a necessidade de medir, monitorar e avaliar a performance ambiental da organização.

O que é a ISO 9001?

Parte da série ISO 9000, um conjunto de normas que formam um modelo de gestão da qualidade passíveis de certificação das empresas que a adotarem, a ISO 9001 estabelece os requisitos de qualidade dos processos de produção. Para isso, estabelece critérios que possibilitem: a) agregar fator de confiabilidade ao produto; b) atender à demanda de cliente; c) atentar para a conformidade na produção; d) orientar o acompanhamento por processo relevante para a qualidade; e) ser aplicável a processo ou a parte da organização.

O que é o ISE?

Criado pela Bovespa em 1º de dezembro de 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial foi desenvolvido em parceria com profissionais e entidades do mercado de capitais, além da Fundação Getulio Vargas, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente. Ele é composto por ações de um seleto grupo de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial escolhidas entre as mais líquidas da Bovespa.
Para chegar a essas empresas foi desenvolvido um questionário para aferir os indicadores empresariais de elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros, além de critérios gerais e de natureza do produto e critérios de governança corporativa.

Desde 1999, a Companhia promove a reprodução de alevinos de espécies nativas para o repovoamento dos reservatórios das hidrelétricas. Além disso, mantém um convênio com o Ibama para o repovoamento da bacia do Rio Uruguai. Somente em 2005 foram soltos um milhão de alevinos nesse projeto, e a meta para 2006 é de 600 mil alevinos. Embora o monitoramento da ictiofauna seja exigência do órgão regulador, o repovoamento dos rios foi uma ação voluntária da Companhia dentro da sua filosofia de respeito ao meio ambiente.

Gerenciamento de bacias hidrográficas

A Tractebel Energia participa voluntariamente dos comitês hidrográficos da sua área de concessão: Baixo Jacuí (Charqueadas – RS); Rio Ibicuí (Alegrete – RS); Rio Passo Fundo (Passo Fundo – RS); rios Apuaê e Inhandava (Machadinho – RS); Rio do Peixe (SC) e Rio Jacutinga (Itá – RS); Rio Tubarão e Complexo Lagunar (Jorge Lacerda – SC). A Tractebel Energia participa ainda como suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná. As discussões nesses comitês são importantes por tratarem de temas como o uso racional dos recursos hídricos e a importância do saneamento básico, dentre outros.

Desenvolvimento de pesquisas

Dentre os projetos de pesquisa e desenvolvimento conduzidos pela Tractebel Energia, o destaque entre os de meio ambiente foram os voltados à ictiofauna. Um deles, em específico, trata dos peixes migratórios, com monitoramento das espécies com chip eletrônico e rádio. De forma proativa, a Tractebel Energia faz pesquisas e monitora as águas das bacias onde atua a fim de detectar a presença da espécie invasora do mexilhão dourado (Limnoperna fortunei). Apesar do molusco ainda não estar presente na bacia do Rio Iguaçu, é feito o controle de risco, uma vez que o mexilhão dourado tem fácil disseminação e já vem causando graves desequilíbrios ambientais nas águas brasileiras por conta da sua proliferação acelerada. O surgimento de agregados do mexilhão pode danificar equipamentos e exigir manutenção constante nas hidrelétricas.

O que é mexilhão dourado?

Não encontrado nas usinas da Tractebel Energia, o Limnoperna fortunei é um molusco bivalve (com duas conchas) originário do sudoeste asiático que chegou ao Brasil em 1998. A espécie invasora se fixa em qualquer substrato duro, formando agregados e cobrindo extensas superfícies. Por não ter predadores naturais, seu poder de reprodução é alto. Assim, o mexilhão dourado entope as tubulações e os filtros das hidrelétricas, o que impulsiona o aumento da freqüência da limpeza e da manutenção, ampliando, conseqüentemente, os custos das empresas nessas áreas.

Manejo da flora

Os impactos sobre a vegetação são compensados com a produção de mudas e o reflorestamento das bordas dos reservatórios. As ações contribuem para a manutenção da biodiversidade e controlam os processos erosivos e de assoreamento, além de proteger e reduzir a contaminação dos recursos hídricos.

As usinas Passo Fundo, Salto Osório e Itá possuem hortos florestais onde são produzidas mudas da vegetação que serão utilizadas para recompor as bordas dos reservatórios. Em 2005, foram plantadas 146 mil mudas nos entornos dos reservatórios, sendo 80 mil só na bacia do Rio Iguaçú, no Paraná. Todas elas foram plantadas em Áreas de Preservação Permanente (APPs). A meta para 2006 é o plantio de 300 mil mudas. A capacidade produtiva desses hortos é de 30 mil mudas e o restante é complementado com a produção de viveiros parceiros.

Além do plantio obrigatório, a Tractebel Energia promove a doação voluntária de mudas. Uma dessas iniciativas aconteceu em 2005 no Complexo Jorge Lacerda, que doou 21.535 mudas de árvores frutíferas e ornamentais para órgãos públicos e Organizações Não-Governamentais (ONGs) locais.

Reconhecimento ambiental

A Tractebel Energia conseguiu, em 2005, a título de compensação ambiental pela construção da Usina Hidrelétrica Itá (SC), a aprovação de um Plano de Manejo para o Parque Fritz Plaumann, inaugurado em setembro. Com 741 hectares, o parque está localizado no município de Concórdia e sua cobertura vegetal está ameaçada por causa da ação indiscriminada das atividades agrícola, pecuária e madeireira. Quem o administra é a Fundação do Meio Ambiente (Fatma), que também, no ano passado, premiou a Tractebel Energia na 9ª edição do Prêmio Fritz Müller. Trata-se de uma iniciativa para reconhecer as empresas sediadas em Santa Catarina que se destacam no controle da poluição gerada nos processos de poluição industrial.
Fritz Plaumann, que dá nome ao parque, foi um entomologista alemão que dedicou 60 anos de sua vida à pesquisa de invertebrados da fauna brasileira na região montanhosa do Alto Uruguai, em Santa Catarina.

Fiscalização e administração do entorno

Dentro do sistema de gestão funciona o Plano de Uso e Ocupação do Lago e Entorno dos Reservatórios, que estabelece diretrizes e normas de atuação nas faixas de terras periféricas, muitas inclusive são APPs. O objetivo é regularizar as ocupações no entorno, combatendo usos ilegais da terra.

Para garantir o cumprimento desses instrumentos normativos, todo reservatório conta com uma equipe de vigilância ambiental e sociopatrimonial. No mínimo uma vez ao mês, essa equipe percorre toda a área para detectar se há algum problema ambiental ou invasão territorial.

Os casos patrimoniais são encaminhados à área jurídica da Companhia, após notificação extrajudicial ao invasor. No caso de ocorrências ambientais, o problema é encaminhado à Polícia Ambiental da região ou é acionada a brigada ambiental da usina, conforme a gravidade do caso. Essa brigada consiste numa equipe treinada de funcionários que avalia e decide as ações que podem trazer riscos ambientais e que devem ser combatidas.

Gestão ambiental das termelétricas

A Tractebel Energia busca cada vez mais encontrar maneiras de impactar da menor forma possível o meio ambiente. Todas as usinas possuem equipamentos de retenção de partículas e adquirem combustíveis (carvão e óleo) com menor teor de enxofre, reduzindo as emissões de dióxido de enxofre na atmosfera.

Nas usinas que utilizam o carvão mineral como combustível, também é feito o monitoramento de emissões de SO_2 (dióxido de carbono) e relatórios mensais são divulgados para as agências ambientais, prefeituras, câmaras de vereadores e promotorias públicas das cidades onde se localizam as plantas. A medida faz parte da política de transparência da Tractebel Energia. É importante ressaltar a eficiência dos precipitadores eletrostáticos das duas usinas movidas a carvão mineral, o Complexo Jorge Lacerda e a Usina Charqueadas, que permitem o controle de no mínimo 98% da poluição emitida.

Para evitar a poluição das águas, as termelétricas possuem sistemas de efluentes líquidos que operam em regime fechado, prevenindo o lançamento de efluentes nos rios da região. O monitoramento ambiental também verifica a qualidade da água dos rios do entorno.

O que é cimento pozolânico?

Os antigos romanos, para produzir a argamassa usada em suas construções, entre elas o Coliseu, usavam os tufos amarelos napolitanos encontrados nas cinzas vulcânicas do Monte Vesúvio, na região de Pozzuoli. Esse material ficou conhecido como pozolanas, a matéria-prima do cimento pozolânico. O alto teor de cinzas, em conjunto com os demais componentes do cimento, dá uma maior resistência à obra acabada. Além disso, ele possui baixo calor de dilatação, o que o torna indicado para obras com mais exposição à água corrente e ambientes agressivos, como as barragens.

Disposição de resíduos

A produção de cinzas como principal resíduo sólido das termelétricas a carvão mineral requisitou o aprimoramento da destinação sustentada desse material. São dois os tipos de cinza produzidos: leve e pesado. Ao ser colocado na fornalha, o carvão entra em combustão espontânea, gerando, nesse processo, 43% de cinzas. Parte delas é arrastada, a mais leve, e a outra parte fica no fundo da caldeira, a chamada cinza pesada.

A cinza leve é pozolânica e é vendida à indústria cimenteira como insumo do cimento pozolânico, substituindo o calcário na sua composição.

Já as cinzas pesadas, como as geradas em Jorge Lacerda, são usadas na recuperação de depósitos de rejeitos de carvão ou na recuperação de solo que receberá mudas de reflorestamento. Por ter pH baixo, esse tipo de cinza atua como neutralizador da acidez do solo. As cinzas pesadas têm sido empregadas em áreas degradadas de propriedades de terceiros de Capivari de Baixo (SC).

Além disso, parte das cinzas de fundo de caldeira de Charqueadas voltam à cava da mina de onde foi tirado o carvão mineral. Outras 42.260 toneladas foram utilizadas, em 2005, na recuperação de uma área degradada em Capão da Roça, Charqueadas (RS).

A Tractebel Energia doou 380 mil m^3 de cinzas pesadas para a duplicação da BR 101, no trecho próximo ao Complexo Jorge Lacerda. Elas serão usadas como base para a pavimentação asfáltica da rodovia.

Os esforços da companhia em encontrar alternativas sustentáveis para a destinação das cinzas pesadas foram reconhecidos pela comunidade. A Tractebel Energia obteve, em 2005, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB, seção Santa Catarina), o Prêmio "Empresa Cidadã", com o projeto "A casa que vem das cinzas", de utilização de cinzas pesadas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e da Usina Termelétrica Charqueadas para a construção de casas populares. O projeto é fruto de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Usina	Cinza leve	Cinza pesada
Charqueadas	176 mil ton	60 mil ton
Jorge Lacerda	633 mil ton	560 mil ton

Reciclagem e processamento de resíduos

Todas as 13 usinas da Tractebel Energia fazem a triagem dos seus resíduos e encaminhamento para reciclagem. Os resíduos perigosos, que são combustíveis (borras de tanque, tintas etc.), vão para o co-processamento, e são geralmente empregados como combustíveis no processamento da indústria de cimento. Já o óleo usado vai para o re-refino. Através do processo industrial, o óleo usado é transformado em óleo básico, principal matéria-prima da fabricação do lubrificante acabado.

Educação ambiental

A Tractebel Energia procura estimular a educação ambiental abrindo suas usinas à visitação de estudantes e demais interessados. As visitas têm caráter informativo sobre os processos produtivos de energia e a importância do uso racional dos recursos naturais, além de servirem como canal de divulgação das ações ambientais da companhia.

Em 2005, a Usina Hidrelétrica Itá, por exemplo, atendeu a aproximadamente 34 mil visitantes, e o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em torno de 7,5 mil. Já a Usina Hidrelétrica Machadinho recebeu 1.400 visitantes a partir dos roteiros turísticos dos hotéis da região e do Centro de Informações Turísticas da Prefeitura Municipal de Piratuba (SC). Outros 500 estudantes também conheceram as instalações da usina no período.

Combate ao aquecimento global

A Tractebel Energia está engajada na redução da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, realizando um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) aprovado pelo Banco Mundial, em acordo com os objetivos do Protocolo de Quioto.

A iniciativa é liderada pela Unidade de Co-geração Lages, que usa como combustível os resíduos de madeireiras (biomassa) da região catarinense. O sistema queima, anualmente, 408 mil toneladas de resíduos (serragem e lascas de madeira). Dessa forma, evita a derrubada de novas árvores para abastecer o processo de geração, contribuindo para a manutenção da biodiversidade. Além disso, a transformação de resíduos em vapor alimentador das caldeiras é feita sem a emissão de gases poluentes. Anteriormente, essa biomassa era descartada ou queimada sem aproveitamento de energia.

O que é o protocolo de Quioto?

Acordo internacional que entrou em vigor em fevereiro de 2005, o Protocolo de Quioto (nome de uma cidade japonesa) busca limitar as emissões mundiais de gases que contribuem para o efeito estufa, o que irá contribuir para a redução do aquecimento global e, conseqüentemente, equilibrar as mudanças climáticas. Os países industrializados que assinaram o acordo se comprometeram a reduzir, até 2012, até 5% das emissões registradas em 1990. Para isso, eles deverão se empenhar em ações como: redução do uso de combustíveis fósseis pela substituição por fontes de energia renovável (hidrelétrica, eólica, solar, biomassa etc.); diminuição do desmatamento; e aumento das taxas de reflorestamento. O MDL permite aos países desenvolvidos compensar parte de suas emissões de gases de efeito estufa com projetos de desenvolvimento de sustentabilidade em países emergentes.

Investimento nos públicos estratégicos

O projeto que leva oportunidade econômica e reorganização social à Vila Vermelho, em Goiás, retrata a responsabilidade corporativa da Tractebel Energia

Público interno

O mapeamento de competências dos empregados e o programa de sucessão preparam a Companhia para atuar no futuro próximo.

No fechamento do ano de 2005, a Tractebel Energia contava com 893 empregados, 44 a mais do que no fechamento do ano anterior. Esse público, estratégico para a Companhia e foco de uma política de valorização e desenvolvimento profissional, recebeu especial atenção a partir de programas internos. Durante o ano, cada funcionário recebeu em média 100,7 horas de treinamento, abrangendo educação formal (MBA, pós-graduação e graduação), cursos técnicos, de idiomas e treinamentos comportamentais.

O desenvolvimento dos empregados é parte do processo de gestão de carreira e sucessão da Companhia. Um terço do quadro de empregados possui formação universitária, sendo 132 formados em engenharia, 54 em administração, 29 em contabilidade, 22 em economia, 15 em direito, 10 em pedagogia e 59 em outros cursos.

A Tractebel Energia cobre 100% das despesas do empregado com cursos do ensino fundamental. Para os cursos de formação profissional, de graduação e pós-graduação, a participação da Companhia pode chegar a 80%, quando contribuírem para a melhoria do desempenho ou desenvolvimento da carreira do empregado.

A idade média dos empregados é de 40,2 anos e o tempo médio de Companhia de 14,7 anos. Quanto à distribuição por estado, estão alocados da seguinte forma: 621 em Santa Catarina, 149 no Rio Grande do Sul, 93 no Paraná, 16 em Goiás, 9 no Mato Grosso do Sul e 5 em São Paulo.

A renovação do quadro funcional se dá basicamente pelo programa de trainees, criado em 2000 e que nos cinco módulos já administrados formou 70 jovens profissionais de níveis técnico e universitário, sendo que 89% deles foram efetivados na Companhia.



O desenvolvimento dos empregados é base do sucesso da Companhia



social

A relação da Tractebel Energia com seus fornecedores parte do princípio da proximidade. As auditorias mensais avaliam a prestação de serviços e de fornecimento, de modo que as melhorias são decididas em consenso pelas duas partes

Em 2005, o programa treinou 29 jovens, 12 de nível técnico e 17 de nível universitário. Além disso, foram contratados 32 novos empregados. Todos eles foram avaliados e suas competências organizacionais definidas para alinhar o perfil de cada um deles às necessidades da Companhia.

Também em 2005 houve uma mudança de planos de previdência privada. O modelo anterior era de benefício definido e passou para contribuição definida, com migração de mais de 96% dos empregados. Com isso é possível agora controlar riscos futuros para a Companhia com seu corpo de empregados.

Competência e sucessão

O Mapeamento das Competências de todo o quadro funcional foi concluído em 2005, processo que cobriu os funcionários de carreira técnica e gerencial. Agora, todo empregado tem um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Baseado nele é que será direcionada sua carreira dentro da Companhia. Trata-se de uma ferramenta de formação daqueles que irão ocupar cargos estratégicos na Companhia nos próximos cinco ou dez anos, período em que passarão a valer os contratos de energia fechados nos leilões de 2005.

Na sucessão de cargos foi definida uma prioridade dos talentos internos na abertura de vagas, como define o Programa de Sucessão. Ele estabelece também a preparação de dois potenciais sucessores por posição gerencial. Em 2004, foi realizado o mapeamento de potenciais sucessores para a Diretoria e, em 2005, completando o processo, foram definidos para as posições de Gerente de Unidade. O programa identifica potenciais a curtíssimo, curto e médio prazos, o que facilita a adequação e desenvolvimento dos empregados.



Fornecedores

Dentro do seu processo de certificação pela norma ISO 9001, a Tractebel Energia está homologando seus fornecedores, especialmente os que fornecem materiais que oferecem alto risco de impacto ambiental.
A Tractebel Energia espera concluir até o final de 2006 um processo de seleção em que o próprio fornecedor, no site que a Companhia mantém na internet, poderá prestar informações em um checklist, sobre as áreas ambientais e administrativas, a capacidade de operação, a responsabilidade social etc. Os dados serão checados posteriormente, por amostragem, a partir das auditorias realizadas mensalmente em meio aos fornecedores.
Os contratos da Tractebel Energia com os terceirizados possuem cláusulas socioambientais que proíbem os trabalhos infantil e escravo, dentre outros.

A relação com o fornecedor parte do princípio da proximidade. As auditorias mensais avaliam a prestação de serviços e de fornecimento, de modo que as melhorias são decididas em consenso das duas partes.

Em 2005, foi definida uma matriz de risco de fornecimento e os fornecedores já se alinham a ela para manter seu serviço dentro desse parâmetro. Para os fornecedores de materiais, por exemplo, há um plano de coleta para avaliação de desempenho feita com base em três critérios inerentes ao processo de fornecimento: prazo de entrega, quantidade e qualidade do material recebido. Até o final de 2006, a Companhia também colocará os dados de avaliação à disposição dos seus fornecedores, premiando os que obtiverem os melhores desempenhos.

Também está em fase de implantação um processo de desenvolvimento industrial para os mercados com número restrito de fornecedores. A partir dele, será possível proceder a testes em campo do produto.
Os fornecedores que obtiverem performance abaixo da média requerida tendem a ser substituídos.

Clientes

A consolidação de uma política de retenção de clientes em 2005 tornou o relacionamento entre Companhia e consumidores industriais, que representam 18% do faturamento da Tractebel Energia, de uma qualidade inédita. Isso pôde ser confirmado na pesquisa com os clientes realizada anualmente pela Companhia, que demonstrou alto índice de satisfação em 2005.
A partir dos dados dessa pesquisa foi elaborado um Plano de Ação visando a melhoria contínua dos serviços. Foram estabelecidas metas coletivas e individuais para 2006 e, espera-se, o esforço seja confirmado na próxima pesquisa.

A política de fidelização tem como principal instrumento o Programa de Relacionamento com o Cliente e envolve diversas ações: atendimento especializado pelo gerente da conta; adequação de produtos e serviços; eventos de relacionamento, como programa de visita às usinas; oferta de serviços adicionais (monitoramento da qualidade de energia, realização de auditorias energéticas nas instalações dos clientes etc.); ações de endomarketing (conscientização dos funcionários para melhor atender o cliente); e workshops internos de avaliação de processos. Além do gerente de contas, que responde pelo atendimento, a Tractebel Energia oferece ambiente exclusivo ao cliente no seu site na internet (http://www.tractebelenergia.com.br), pelo qual ele obtém informações de faturamento da Companhia, clipagem de notícias e os relatórios sobre a qualidade da energia recebida.

Acionistas

Ao longo de 2005, a Tractebel Energia decidiu reforçar o relacionamento com os investidores, adotando uma postura proativa na forma de comunicar as informações e promover o diálogo com esse público estratégico.
No terceiro trimestre aconteceu a primeira reunião com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec). Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de satisfação com os analistas de mercado que participaram do evento. A partir de 2006, a periodicidade desses encontros será trimestral.
A Tractebel Energia também passou a realizar regularmente reuniões com bancos e fundos de investimento. O objetivo é prestar informações sobre o desempenho da Tractebel Energia para que os analistas tenham melhores condições de discernir sobre o preço das ações. Com a disposição de ser cada vez mais transparente, a Companhia está aprimorando a divulgação de releases econômico-financeiros e fatos relevantes.

Comunidade

A Tractebel Energia procura unir os esforços e investimentos no âmbito social para atender às necessidades básicas de moradia, alimentação e educação de crianças de comunidades carentes de sua área de concessão.

As ações realizadas em 2005 estão descritas na tabela a seguir:

RESPONSABILIDADE SOCIAL – ATENDIMENTO À CRIANÇA

Cidade	Entidade beneficiada	Atividades
Florianópolis	Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS)	Apoio para reforma de instalações para atendimento a menores de comunidades carentes
São José	Sociedade Eunice Weaver Educandário Santa Catarina	Apoio ao projeto que atende 500 crianças de comunidades carentes
Florianópolis	Proação – voluntários da Tractebel Energia	Apoio no atendimento a comunidades carentes
Florianópolis	Bandeirante Esporte	Apoio a uma escolinha de futebol para menores de comunidades carentes
Florianópolis	Espaço Cultural Consulado e Casa da Memória do Caeira	Doação ao Projeto Caeira 21 – educar, informar, prevenir e conscientizar as crianças de comunidades carentes
Florianópolis	Associação dos Moradores do Canto da Lagoa	Patrocínio ao Projeto Tênis Amocanto – doação de uniforme para 128 crianças de comunidades carentes
Florianópolis	Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento de SC	Apoio ao Congresso Sul-brasileiro dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente
Florianópolis	Prefeitura Municipal de Florianópolis	Patrocínio para confecção do Estatuto da Criança e do Adolescente
Florianópolis	Conselho Comunitário de Saco dos Limões	Apoio a uma escolinha de futebol e cursos de informática às crianças de comunidades carentes
Florianópolis	Associação Vol. Hospital Joana de Gusmão	Apoio ao evento Corrida pela Vida, em beneficio do hospital infantil
Florianópolis	Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito	Apoio financeiro (laboratório, biblioteca, banheiros adaptados e salas especiais para deficientes)
Florianópolis	Apoio GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS	Doação de móveis
Florianópolis	Grupo AfriCatarina	Programa gratuito de arte e educação para crianças de comunidades carentes
Charqueadas	Diversas instituições regionais	Doações diversas para escolas, creches e instituições sociais
Alegrete	Diversas instituições regionais	Doações diversas para escolas, creches e instituições sociais
Cavalcante	Vila Vermelho (zona rural)	Doada nova escola, com 5 salas de aula e biblioteca
Cavalcante	Prefeitura Municipal de Cavalcante	Construção e doação do Centro de Apoio ao Menor Carente
Capivari de Baixo	Associação Edson Filho	Apoio ao Projeto Ação Pedagógica Especializada a Crianças e Adolescentes Especiais do Centro de Integração Humana
Sede e Usinas		Doação de 100 microcomputadores durante o ano para instituições carentes, escolas, creches etc.

Revitalização da Vila Vermelho

Dentre as iniciativas mais relevantes de 2005, destaca-se o projeto conduzido pela Usina Hidrelétrica Cana Brava (GO). O Projeto de Revitalização Econômica e Social de Vila Vermelho envolveu a comunidade de Cavalcante, que teria de ser recolocada para a formação do reservatório da usina. Estudos prévios, entretanto, apontaram que programas de obras de infra-estrutura poderiam evitar a realocação.

As famílias de Vila Vermelho também viviam da mineração, embora as minas da região estivessem já exauridas. Com isso, o projeto estipulou como objetivos o estímulo ao associativismo, a capacitação da população ao plantio e à comercialização de produtos agrícolas, a viabilização de cursos de capacitação profissional e de promoção social, a implementação em parceria com a Secretaria de Educação do município de cursos de alfabetização para jovens e adultos, o estímulo à conservação dos recursos naturais, o desenvolvimento de atividades culturais, e o resgate da história da comunidade e das atividades festivas, além da viabilização da criação de uma biblioteca comunitária.

No processo de construção da infra-estrutura, a Tractebel Energia doou uma nova escola, com cinco salas de aula e biblioteca, construiu 50 instalações sanitárias e sistema de abastecimento de água e recuperou as estradas que ligam Vila Vermelho a Minaçu.

Ainda a partir da implantação da Usina Cana Brava, a Tractebel Energia aderiu ao programa de desenvolvimento socioeconômico voltado à população da região, principalmente na geração de oportunidades de trabalho. O projeto conta com a participação do governo federal, do Inter-American Development Bank (IDB) e das operadoras CPFL e Furnas, parceiros que estabeleceram as diretrizes e estratégias para a implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional, com recursos de US$ 1 milhão, cedidos pelos participantes.

A ONG Agentes Ambientais, criada com o apoio da Companhia, desenvolveu atividades de educação ambiental nos reassentamentos e na comunidade de Vila Vermelho.



Apoio à Cultura

A companhia busca um crescente investimento na promoção da cultura nos locais onde possui empreendimentos. As iniciativas concretizadas em 2005 foram:

APOIO À CULTURA

Local	Entidade beneficiada	Atividades
Florianópolis	Lume Produções Culturais	IV Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis – disponibiliza um dia para apresentação às crianças de comunidades carentes da região
Florianópolis	Museu de Arte de Santa Catarina (MASC)	Revitalização dos sistemas de refrigeração e desumidificação
Itá	Prefeitura Municipal de Itá	Projeto Itá Luz (decoração de Natal da cidade)
Joinville	Escola do Teatro Bolshoi no Brasil *	Amigos da Escola do Teatro Bolshoi
Florianópolis	Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (OSSCA)	Aquisição de instrumentos musicais
São Paulo	Museu de Arte da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)	Mostra "James Ensor. O visionário em preto-e-branco". Foram reunidas 131 gravuras a água-forte do artista, precursor do Expressionismo e considerado um importante pintor e gravador belga do final do século XIX
Goiânia	Governo Estadual de Goiás *	Apoio ao Vídeo Avá Canoeiros, longa-metragem sobre a vida dos índios na região Centro-Oeste do Brasil e os esforços para a preservação da sua cultura
Laguna	Prefeitura de Laguna	Projeto Cultural A Tomada de Laguna – atores locais fazem a representação desse momento histórico nas ruas da cidade
Goiânia	Agência Goiana de Cultura *	VII FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás

* Projetos patrocinados através da Lei Rouanet (de Incentivo à Cultura)

Balanço Social Consolidado

1. BASE DE CÁLCULO	2005 R$ MILHÕES	2004 R$ MILHÕES
1.1 – Receita Líquida	2.600	2.470
1.2 – Resultado Operacional	1.100	864
1.3 – Folha de Pagamento Bruta	88	79

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R$ MILHÕES	% SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA	R$ MILHÕES	% SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA
2.1 – Alimentação	5	5,7	0,2	4	5,1	0,2
2.2 – Encargos Sociais Compulsórios	26	29,5	1,0	23	29,1	0,9
2.3 – Previdência Privada	14	15,9	0,5	10	12,7	0,4
2.4 – Previdência Privada - Conversão Aposentadoria Especial em Aposentadoria por Tempo de Serviço	17	19,3	0,7	23	29,0	0,9
2.5 – Saúde	5	5,7	0,2	4	5,1	0,2
2.6 – Educação	2	2,3	0,1	2	2,5	0,1
2.7 – Participação nos Lucros ou Resultados	10	11,4	0,4	7	8,9	0,3
2.8 – Outros Benefícios	1	1,1	-	1	1,3	-
TOTAL (2.1 a 2.8)	**80**	**90,9**	**3,1**	**74**	**93,7**	**3,0**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ MILHÕES	% SOBRE O RESULTADO OPERACIONAL	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA	R$ MILHÕES	% SOBRE O RESULTADO OPERACIONAL	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA
3.1 – Impostos (excluídos encargos sociais)	515	46,8	19,8	294	34,0	11,9
3.2 – Contribuição p/a Sociedade/ Investimentos na Cidadania	10	0,9	0,4	9	1,1	0,4
TOTAL (3.1 a 3.2)	**525**	**47,7**	**20,2**	**303**	**35,1**	**12,3**

4. INDICADORES AMBIENTAIS	R$ MILHÕES	% SOBRE O RESULTADO OPERACIONAL	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA	R$ MILHÕES	% SOBRE O RESULTADO OPERACIONAL	% SOBRE A RECEITA LÍQUIDA
4.1 – Relacionados com a operação da Empresa	7	0,6	0,3	6	0,7	0,2
TOTAL (4.1)	**7**	**0,6**	**0,3**	**6**	**0,7**	**0,2**

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	QUANTIDADE	QUANTIDADE
5.1 – Nº de empregados no final do exercício	893	849
5.2 – Nº de admissões durante o exercício	61	21
5.3 – Nº de estagiários durante o exercício	62	50

Informações Corporativas

Conselho de Administração

Maurício Stolle Bähr – Presidente
Jan Franciscus María Flachet – Vice-Presidente
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Manoel Arlindo Zaroni Torres
Dirk Beeuwsaert
Nicolas Alain Marie Tissot
Luiz Antônio Barbosa

Diretoria Executiva

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e
Diretor de Implantação de Projetos

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Conselho Fiscal

Newton de Lima Azevedo Junior
Carla Carvalho de Carvalho
Manoel Eduardo Lima Lopes

Relações com Investidores

Diretor: Marc Verstraete
marc@tractebelenergia.com.br
Gerente: Antonio Previtali Jr.
previtali@tractebelenergia.com.br
Tel: (48) 3221-7060

Códigos de negociação em Bolsa

Bovespa: TBLE3

Mercado de balcão norte-americano/Over the Counter (OTC)/ADR nível 1 código: TBLEY, sob a relação de 1 ADR = 5 ações ordinárias.

Bancos Depositários
Brasil: Banco Itaú S.A.
Exterior: Bank of New York

Auditores Independentes

BDO Trevisan Auditores Independentes

Jornais Oficiais de Divulgação de Informações:

- ☐ Diário Oficial de Santa Catarina
- ☐ Diário Catarinense
- ☐ Valor

Endereço

Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 – Florianópolis – SC
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

Website

www.tractebelenergia.com.br

Créditos

Coordenação Geral
Relações com Investidores - Tractebel Energia

Equipe de trabalho
- ☐ Comunicação Empresarial
- ☐ Contabilidade
- ☐ Relações com Investidores

Coordenação de Projeto e Conteúdo
FIRB – Financial Investor Relations

Design Gráfico e Editorial
Adroitt Bernard

Fotos
João Musa
Getty Images
Wide Images
Plínio Bordin
Acervo Tractebel Energia

Impressão
Laborgraf

Tractebel Energia
SUEZ

Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 – Florianópolis – SC
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

www.tractebelenergia.com.br

Demonstrações Financeiras 2005

1.	Balanços Patrimoniais	02
2.	Demonstrações dos Resultados	04
3.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	05
4.	Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	06
5.	Demonstrações do Fluxo de Caixa	08
6.	Demonstrações do Valor Adicionado	09
7.	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
8.	Conselho de Administração	51
9.	Parecer dos Auditores Independentes	52
10.	Parecer do Conselho Fiscal	52

Tractebel Energia

suez

Balanços Patrimoniais
Em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Numerário disponível	9.466	4.648	12.179	7.710
Títulos e valores mobiliários	195.153	514.982	296.958	634.277
Consumidores, concessionárias e permissionárias	287.162	270.813	304.975	280.647
Dividendos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-
Adiantamentos a fornecedores	3.268	9.511	3.341	8.849
Créditos da conta consumo de combustível - CCC/CDE	30.553	35.538	30.553	35.538
Alienações, serviços em curso e dispêndios a reembolsar	9.993	8.764	9.999	8.050
Tributos e contribuições sociais a recuperar	11.486	71.193	16.719	74.707
Cauções e depósitos vinculados	36.401	60	36.401	60
Ativo fiscal diferido	81.097	94.344	82.344	98.173
Almoxarifado	22.515	13.061	23.512	13.610
Despesas pagas antecipadamente	10.048	4.262	10.721	5.800
Outros	36.726	25.739	36.609	25.993
	812.728	**1.061.028**	**864.311**	**1.193.414**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Concessionárias e permissionárias	10.617	14.920	10.617	14.920
Devedores diversos	27.697	16.572	27.697	16.572
Títulos e valores mobiliários	-	35.550	-	35.550
Tributos e contribuições sociais a recuperar	7.136	4.720	10.296	8.684
Cauções e depósitos vinculados	-	-	26.119	53.536
Depósitos judiciais	64.822	26.048	71.405	26.050
Alienação de bens e direitos	60.220	29.303	60.220	29.303
Ativo fiscal diferido	186.877	181.132	192.309	186.643
Outros	1.315	483	1.315	483
	358.684	**308.728**	**399.978**	**371.741**
PERMANENTE				
Investimentos	887.117	684.639	43.619	50.365
Imobilizado	2.929.087	3.078.158	4.353.468	4.536.430
Diferido	-	-	43.985	53.202
	3.816.204	**3.762.797**	**4.441.072**	**4.639.997**
TOTAL DO ATIVO	**4.987.616**	**5.132.553**	**5.705.361**	**6.205.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Fornecedores	140.718	139.589	122.125	117.286
Dividendos e juros sobre o capital próprio	495.487	553.045	495.487	553.045
Empréstimos e financiamentos	185.684	189.382	233.416	265.410
Encargos de empréstimos e financiamentos	8.451	6.813	9.927	12.302
Debêntures	-	-	16.611	18.599
Encargos de debêntures	10.286	-	14.479	4.761
Tributos e contribuições sociais correntes	35.362	66.449	46.427	74.897
Tributos e contribuições sociais parcelados	1.010	979	1.010	979
Obrigações estimadas	49.084	36.466	49.243	36.540
Provisão para contingências	41.595	-	42.326	731
Benefícios pós-emprego	81.020	51.619	81.020	51.619
Passivo fiscal diferido	-	39.616	-	39.616
Operações com derivativos	46.181	18.984	65.876	28.002
Outros	32.814	26.552	37.220	29.470
	1.127.692	**1.129.494**	**1.215.167**	**1.233.257**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos	601.949	886.901	911.138	1.539.409
Debêntures	198.348	-	338.196	153.619
Tributos e contribuições sociais parcelados	6.230	7.016	6.230	7.016
Obrigações estimadas	22.543	15.259	22.869	17.333
Provisões para contingências	102.606	108.419	105.383	108.637
Concessões a pagar	-	-	178.130	160.417
Benefícios pós-emprego	205.755	198.508	205.755	198.508
Passivo fiscal diferido	36.532	-	36.532	-
	1.173.963	**1.216.103**	**1.804.233**	**2.184.939**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	148.500	249.495	148.500	249.495
	2.685.961	**2.786.956**	**2.685.961**	**2.786.956**
TOTAL DO PASSIVO	**4.987.616**	**5.132.553**	**5.705.361**	**6.205.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS				
Fornecimento de energia elétrica	338.985	304.198	479.493	372.743
Suprimento de energia elétrica	2.066.598	1.966.691	2.097.482	1.986.055
Subvenção combustível - CCC/CDE	311.481	286.194	311.481	286.194
Serviço prestado	13.884	12.139	5.429	4.687
Venda de cinzas	7.568	10.393	7.568	10.393
Outras receitas	1.017	839	2.755	1.738
	2.739.533	**2.580.454**	**2.904.208**	**2.661.810**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições sobre a receita	(266.703)	(178.676)	(298.830)	(185.550)
Venda de cinzas líquidas de impostos - CCC/CDE	(5.531)	(6.329)	(5.531)	(6.329)
	(272.234)	**(185.005)**	**(304.361)**	**(191.879)**
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS E SERVIÇOS	**2.467.299**	**2.395.449**	**2.599.847**	**2.469.931**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS				
Energia elétrica comprada para revenda	(407.697)	(579.341)	(136.861)	(302.956)
Custo de produção de energia elétrica	(820.952)	(715.323)	(889.590)	(790.329)
Custo dos serviços prestados	(9.328)	(8.561)	(9.328)	(8.561)
	(1.237.977)	**(1.303.225)**	**(1.035.779)**	**(1.101.846)**
LUCRO BRUTO	**1.229.322**	**1.092.224**	**1.564.068**	**1.368.085**
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(118.295)	(105.076)	(164.796)	(133.412)
Despesas gerais e administrativas	(158.393)	(173.717)	(189.599)	(187.301)
	(276.688)	**(278.793)**	**(354.395)**	**(320.713)**
RESULTADO DO SERVIÇO	**952.634**	**813.431**	**1.209.673**	**1.047.372**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS				
Equivalência patrimonial	116.885	82.394	-	-
Amortização de ágio	(6.746)	(6.746)	(6.746)	(6.746)
	110.139	**75.648**	**(6.746)**	**(6.746)**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Renda de aplicações financeiras	68.238	33.671	88.901	52.106
Encargos de dívidas	(90.589)	(90.293)	(161.567)	(188.150)
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	(15.960)	(13.431)
Provisão para perdas em aplicações financeiras	-	(11.896)	-	(17.427)
Perdas com swaps de taxa de câmbio/juros	(104.537)	(19.554)	(130.253)	(28.157)
Variações monetárias líquidas	124.746	35.251	137.433	29.626
Outras	(16.068)	(5.772)	(20.986)	(11.123)
	(18.210)	**(58.593)**	**(102.432)**	**(176.556)**
RESULTADO OPERACIONAL	**1.044.563**	**830.486**	**1.100.495**	**864.070**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**3.557**	**(3.017)**	**3.557**	**(3.035)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**1.048.120**	**827.469**	**1.104.052**	**861.035**
Contribuição social	(59.475)	(44.175)	(74.435)	(53.215)
Imposto de renda	(68.549)	(8.102)	(109.521)	(32.628)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**920.096**	**775.192**	**920.096**	**775.192**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM 2005 E POR LOTE DE MIL AÇÕES EM 2004	**1,4096**	**1,1876**	**1,4096**	**1,1876**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2003	**2.445.766**	**91.695**	**64.335**	**-**	**2.601.796**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	775.192	775.192
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	38.760	(38.760)	-
- reserva de retenção de lucros	-	-	146.400	(146.400)	-
- dividendos / juros sobre o capital próprio PNA - R$ 0,978858, PNB - R$ 0,903920 e ON - R$ 0,903920, todas por lote de mil ações	-	-	-	(590.032)	(590.032)
SALDOS EM 31.12.2004	**2.445.766**	**91.695**	**249.495**	**-**	**2.786.956**
Dividendos intermediários	-	-	(147.000)	-	(147.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	920.096	920.096
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	46.005	(46.005)	-
- dividendos / juros sobre o capital próprio ON - R$ 1,339106 por ação	-	-	-	(874.091)	(874.091)
SALDOS EM 31.12.2005	**2.445.766**	**91.695**	**148.500**	**-**	**2.685.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192	920.096	775.192
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	158.608	175.057	208.108	223.487
Juros de dívidas longo prazo	6.949	4.229	27.235	21.645
Juros de garantias depositadas de longo prazo	(10.384)	(10.160)	(10.384)	(10.160)
Variação monetária de longo prazo	(102.059)	(31.205)	(112.838)	(32.618)
Resultado de equivalência patrimonial	(116.885)	(82.394)	-	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Provisão de longo prazo, líquida	78.241	72.656	77.793	74.214
Imposto de renda e CSLL diferidos	11.546	30.550	11.745	25.844
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(3.557)	3.017	(3.510)	3.168
	949.301	**943.688**	**1.124.991**	**1.087.518**
De terceiros				
Debêntures	200.000	-	200.000	-
Dividendos intermediários	30.000	-	-	-
Dividendos propostos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-
Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	30.083	-
Vendas de bens e direitos	31.539	29.190	31.539	29.190
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante	40.884	37.587	45.151	63.333
Financiamento de longo prazo	-	-	-	13.771
Outras	-	1.131	-	2.060
	381.283	**76.021**	**306.773**	**108.354**
TOTAL DAS ORIGENS	**1.330.584**	**1.019.709**	**1.431.764**	**1.195.872**
APLICAÇÕES				
Aumento no realizável a longo prazo	70.324	92.351	78.904	110.867
Investimentos	201.200	1.224	-	250
Aquisição de imobilizado e aplicação no diferido	37.519	29.926	43.916	38.053
Parcelamento de conta a receber de energia elétrica - MAE	17.623	-	17.623	-
Reversão de dividendos para reserva de retenção de lucros	-	52.778	-	-
Dividendos intermediários	147.000	-	147.000	-
Dividendos propostos	874.091	590.032	874.091	590.032
Pré-pagamentos de financiamentos	-	-	275.247	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante	229.325	266.361	305.996	367.153
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**1.577.082**	**1.032.672**	**1.742.777**	**1.106.355**
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(246.498)**	**(12.963)**	**(311.013)**	**89.517**
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo Circulante				
No fim do período	812.728	1.061.028	864.311	1.193.414
No início do período	1.061.028	900.542	1.193.414	925.049
	(248.300)	**160.486**	**(329.103)**	**268.365**
Passivo Circulante				
No fim do período	1.127.692	1.129.494	1.215.167	1.233.257
No início do período	1.129.494	956.045	1.233.257	1.054.409
	(1.802)	**173.449**	**(18.090)**	**178.848**
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(246.498)**	**(12.963)**	**(311.013)**	**89.517**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Informação Adicional (em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192	920.096	775.192
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	158.608	175.057	208.108	223.487
Resultado de equivalência patrimonial	(116.885)	(82.394)	-	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Variação monetária líquida	(22.964)	(25.789)	(35.551)	(29.465)
Constituição de provisão operacional líquida	68.584	53.252	68.151	54.806
Imposto de renda e CSLL diferidos	4.419	21.282	7.078	20.373
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(3.557)	3.017	(3.552)	3.167
	1.015.047	**926.363**	**1.171.076**	**1.054.306**
Redução (aumento) nos ativos				
Consumidores e concessionárias	5.640	(2.338)	(22.334)	(18.659)
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	-	(8.347)	-	(8.347)
Créditos da conta consumo de combustível - CCC/CDE	4.985	(11.772)	4.985	(11.772)
Tributos e contribuições sociais a recuperar	50.517	(31.799)	49.696	(36.687)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	(33.844)	6.140	(43.481)	(11.832)
Almoxarifado	(9.454)	286	(9.902)	(184)
Devedores diversos	(7.179)	(16.572)	(7.179)	(16.572)
Despesas antecipadas	(6.618)	5.044	(5.886)	4.502
Outros	(4.536)	(2.804)	(4.295)	(3.534)
	(489)	**(62.162)**	**(38.396)**	**(103.085)**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.129	31.351	24.656	41.855
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.296	(10.361)	8.956	8.123
Tributos e contribuições sociais	(459)	(6.976)	2.158	(2.748)
Obrigações estimadas	4.902	(12.544)	4.951	(12.506)
Provisão para contingências	3.761	(6.859)	4.998	(6.695)
Benefícios pós-emprego	6.203	6.026	6.203	6.026
Concessão ANEEL	-	-	14.482	13.180
Outros	6.926	8.302	17.645	13.779
	25.758	**8.939**	**84.049**	**61.014**
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	**1.040.316**	**873.140**	**1.216.729**	**1.012.235**
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado e diferido	(37.519)	(29.926)	(43.916)	(38.053)
Aplicações em investimentos	(201.200)	(1.224)	-	(250)
Dividendos recebidos de controladas	38.113	-	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	**(200.606)**	**(31.150)**	**(43.916)**	**(38.303)**
Atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(244.689)	(182.549)	(625.714)	(271.154)
Financiamentos e debêntures	200.000	-	200.000	13.771
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.110.032)	(441.203)	(1.110.032)	(441.203)
Resgate de cauções e depósitos vinculados	-	-	30.083	19.596
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	**(1.154.721)**	**(623.752)**	**(1.505.663)**	**(678.990)**

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Informação Adicional (em milhares de reais)

continuação	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Total dos efeitos no caixa	**(315.011)**	**218.238**	**(332.850)**	**294.942**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	519.630	301.392	641.987	347.045
Saldo final	204.619	519.630	309.137	641.987
	(315.011)	**218.238**	**(332.850)**	**294.942**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	87.293	101.778	153.620	192.582
Imposto de renda e contribuição social	81.397	55.349	127.910	86.461
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	35.464	32.860	41.400	35.318
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	501.091	590.032	501.091	590.032
Dividendos propostos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Informação Adicional (em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas, serviços e outras	2.428.052	2.294.260	2.592.727	2.375.616
Reversão provisão p/créditos de liquid.duvidosa	9.071	12.133	9.126	12.095
Subvenção de combustível - CCC/CDE	311.481	286.194	311.481	286.194
Resultado não operacional	3.557	(3.017)	3.557	(3.035)
	2.752.161	**2.589.570**	**2.916.891**	**2.670.870**
(-) Insumos				
Materiais	(20.851)	(16.840)	(22.853)	(17.931)
Serviços de terceiros	(65.701)	(59.293)	(75.330)	(66.568)
Combustível p/produção energia - CCC/CDE	(311.131)	(275.502)	(311.131)	(275.502)
Combustível p/produção energia sem subvenção	(101.570)	(134.666)	(104.694)	(136.933)
Energia elétrica comprada para revenda	(407.697)	(579.341)	(136.861)	(302.956)
Seguros	(7.224)	(8.434)	(9.239)	(10.752)
Encargos de uso da rede elétrica	(116.395)	(106.636)	(162.431)	(134.899)
Outros	(143.694)	(74.616)	(143.827)	(85.598)
	(1.174.263)	**(1.255.328)**	**(966.366)**	**(1.031.139)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.577.898**	**1.334.242**	**1.950.525**	**1.639.731**
Depreciação e amortização	(158.608)	(175.057)	(208.108)	(223.487)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.419.290**	**1.159.185**	**1.742.417**	**1.416.244**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	117.363	59.881	139.086	78.173
Resultado da equivalência patrimonial	116.885	82.394	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.653.538**	**1.301.460**	**1.881.503**	**1.494.417**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2005	%	2004	%	2005	%	2004	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	75.062	4,54	68.987	5,30	76.990	4,09	70.433	4,71
Benefícios	23.281	1,41	17.982	1,38	23.488	1,25	18.155	1,22
Participação nos resultados	10.000	0,60	6.500	0,50	10.000	0,53	6.500	0,43
	108.343	**6,55**	**93.469**	**7,18**	**110.478**	**5,87**	**95.088**	**6,36**
Do capital de terceiros								
Encargos e var. monetárias	102.589	6,20	87.258	6,70	218.161	11,60	185.654	12,42
Aluguéis	5.090	0,31	4.458	0,34	5.660	0,30	5.112	0,35
Outras desp. financeiras	25.598	1,55	27.245	2,10	30.497	1,62	63.660	4,26
	133.277	**8,06**	**118.961**	**9,14**	**254.318**	**13,52**	**254.426**	**17,03**
Do governo								
Impostos, taxas e contribuições	293.867	17,77	200.188	15,38	326.438	17,35	208.940	13,98
Encargos setoriais	69.931	4,23	61.373	4,71	86.217	4,58	74.928	5,01
IR e CSLL	128.024	7,74	52.277	4,02	183.956	9,78	85.843	5,75
	491.822	**29,74**	**313.838**	**24,11**	**596.611**	**31,71**	**369.711**	**24,74**
Do capital próprio								
Reserva legal	46.005	2,78	38.760	2,98	46.005	2,44	38.760	2,59
Dividendos e juros s/ capital próprio	874.091	52,87	590.032	45,34	874.091	46,46	590.032	39,48
Lucro retido	-	-	146.400	11,25	-	-	146.400	9,80
	920.096	**55,65**	**775.192**	**59,57**	**920.096**	**48,90**	**775.192**	**51,87**
	1.653.538	**100,00**	**1.301.460**	**100,00**	**1.881.503**	**100,00**	**1.494.417**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

Nota 1 Contexto Operacional
Nota 2 Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 Títulos e Valores Mobiliários
Nota 4 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias
Nota 5 Tributos e Contribuições Sociais a Recuperar
Nota 6 Ativo Fiscal Diferido
Nota 7 Conciliação dos Tributos, no Resultado
Nota 8 Alienações de Bens e Direitos
Nota 9 Investimentos
Nota 10 Ativo Imobilizado
Nota 11 Unidades 4 e 5 da UTE William Arjona
Nota 12 Fornecedores
Nota 13 Empréstimos e Financiamentos
Nota 14 Debêntures
Nota 15 Obrigações Estimadas
Nota 16 Provisões para Contingências
Nota 17 Concessões a Pagar
Nota 18 Benefícios Pós-Emprego
Nota 19 Passivo Fiscal Diferido
Nota 20 Patrimônio Líquido
Nota 21 Dividendos Propostos
Nota 22 Detalhamento dos Gastos Operacionais por Natureza
Nota 23 Arrendamento Mercantil
Nota 24 Instrumentos Financeiros
Nota 25 Transações com partes Relacionadas
Nota 26 Garantias a Terceiros
Nota 27 Seguros
Nota 28 Contratos de Longo Prazo
Nota 29 Serviços de Auditoria

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis - SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá e Cana Brava e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.860 MW, dos quais 79,30% em usinas hidrelétricas e 20,70% em termelétricas, compostos pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo os contratos para compra de longo prazo firmados com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA e com a Companhia de Interconexão Energética - CIEN, é de 5.968 MW.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 10-d.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda. (atual denominação da Tractebel EGI South America Ltda.), empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional - CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, da empresa Itá Energética S.A. - ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE - Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual detém autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC). As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 9-b.

Em 16.11.2005, as ações da Companhia foram admitidas à negociação do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder mais transparência com relação à atividade e situação financeira das Companhias e a adoção de práticas de governança corporativa, bem como, garantir maiores direitos aos acionistas minoritários.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Todos os valores apresentados (textos e tabelas) nas demonstrações financeiras e nas Notas Explicativas estão expressos em Reais mil, exceto onde indicado de maneira diferente.

A Companhia está apresentando, adicionalmente às demonstrações financeiras, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, respectivamente.

Objetivando propiciar maior clareza na apresentação dos detalhamentos de saldos patrimoniais em Notas Explicativas, as contas ativas e passivas não existentes nas controladas estão sendo apresentadas exclusivamente sob o título "Controladora", cujos valores são idênticos aos saldos consolidados.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão em consonância com os princípios e práticas contábeis adotadas no País. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

Critérios gerais de avaliação

a) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão; a provisão para créditos de liquidação duvidosa está associada a créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE. As demais contas a receber possuem garantias ou ausência de histórico de perdas, não justificando o registro de provisão (ver Nota 4);

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

o imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo fiscal diferido) são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base em prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A segregação entre circulante e realizável a longo prazo obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem;
os materiais em estoque estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado;
os ativos indexados são atualizados até a data do balanço.

b) Permanente

Os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;
o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 002, de 24.12.1997, e nº 044, de 17.03.1999, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro - UC que compõem os empreendimentos, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas, em consonância com os citados atos normativos, estão demonstradas na Nota 10-a;
os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado;
até 31.12.1998 foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico. A partir de 01 de janeiro de 1999, a Companhia descontinuou esta prática e a partir de 01 de janeiro de 2002 a mesma deixou de ser praticada no setor elétrico brasileiro, em função de alteração das normas da ANEEL que disciplinavam esta matéria.

c) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os benefícios futuros a empregados (benefícios pós-emprego) são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas, e complementados pelos valores projetados atuarialmente (ver Nota 18);
os empréstimos, financiamentos, debêntures e os encargos decorrentes de ambos, apropriados até a data do balanço, são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 13 e Nota 14) e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d) Resultado do período

As receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

e) Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil existentes na Companhia não possuem valores relevantes e são reconhecidas diretamente no resultado, com base nas contraprestações contratuais (ver Nota 23).

Demonstrações financeiras consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.
Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 9-b).
Em face da alta proporção de participação da controladora nas demais sociedades controladas (ver Nota 9-b), não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 3 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	12.608	340.032	55.780	440.035
Letras do Tesouro Nacional - LTN	173.816	-	174.890	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	69	129.145	69	167.666
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais	37.148	33.925	83.137	33.925
Notas do Banco Central - NBC - E	19.749	23.776	31.731	23.776
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	5.059	-
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	-	-	60	-
Ajuste negativo de operações de swaps	-	-	-	(13.698)
(-) Garantia de operações de swaps no Fundo de Investimentos Exclusivo	(36.341)	-	(36.341)	-
	207.049	**526.878**	**314.385**	**651.704**
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(11.896)	(11.896)	(17.427)	(17.427)
	195.153	**514.982**	**296.958**	**634.277**
Longo Prazo				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	35.550	-	35.550
	-	**35.550**	**-**	**35.550**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até 31.12.2005, cujos valores contábeis não excedem aos preços médios de mercado, podendo ser negociados independentemente de seus vencimentos, sem prejuízo dos rendimentos.

A Companhia possui Fundo de Investimentos Exclusivo composto por LTN, operações compromissadas e operações de swaps realizadas no mercado de balcão, em que o Fundo fica ativo em moeda estrangeira (Dólar, Euro e Libra) e passivo em CDI. As aplicações neste Fundo estão segregadas nas demonstrações financeiras de acordo com as suas naturezas.

O saldo do Fundo inclui o valor de R$ 36.341, relativo a garantia contratual para as operações de swaps existentes no Fundo, o qual somente poderá ser resgatado quando do vencimento do último contrato de swap, em dezembro de 2006, e está apresentado no ativo circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados".

A provisão para perdas em aplicações financeiras refere-se a aplicações em CDB que a Companhia e sua Controlada Companhia Energética Meridional - CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a falência decretada em 2005.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA 4 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	CONTROLADORA				
	2005				2004
	VINCENDOS	VENCIDOS			
		ATÉ 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
CIRCULANTE					
Consumidores livres	28.321	310	239	28.870	29.928
Concessionárias	178.041	71	-	178.112	167.246
Comercializadoras	67.753	-	-	67.753	41.165
Exportação	1.200	-	740	1.940	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE	120.285	-	11.947	132.232	162.550
	395.600	**381**	**12.926**	**408.907**	**401.629**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.845)	-	(11.900)	(121.745)	(130.816)
	285.755	**381**	**1.026**	**287.162**	**270.813**
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE	10.617	-	-	10.617	14.920
	10.617	**-**	**-**	**10.617**	**14.920**

	CONSOLIDADO				
	2005				2004
	VINCENDOS	VENCIDOS			
		ATÉ 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
CIRCULANTE					
Consumidores livres	54.092	640	239	54.971	35.286
Concessionárias	180.580	71	-	180.651	170.250
Comercializadoras	54.787	-	-	54.787	40.524
Exportação	1.200	-	740	1.940	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE	121.181	-	13.944	135.125	165.472
	411.840	**711**	**14.923**	**427.474**	**412.272**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.470)	-	(12.029)	(122.499)	(131.625)
	301.370	**711**	**2.894**	**304.975**	**280.647**
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE	10.617	-	-	10.617	14.920
	10.617	**-**	**-**	**10.617**	**14.920**

A energia elétrica fornecida a clientes enquadrados na categoria "Consumidores livres" tem suas respectivas faturas com vencimento no mês subseqüente ao do fornecimento, assim como os clientes enquadrados nas categorias "Concessionárias" e "Comercializadoras", que podem ter também, suas faturas parceladas em até três vezes, vencendo-as no mês seguinte e no segundo mês subseqüente ao do suprimento.
Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do CCEE/MAE referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002. No presente exercício, houve desistência por parte de autores da ação impetrada, o que permitiu a CCEE ajustar os valores pendentes, resultando, para a Companhia, uma reversão de provisão no valor de R$ 9.071.

NOTA 5 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
ICMS	40.354	35.582	41.459	36.168
Imposto de renda	5.538	46.473	7.857	48.321
Contribuição social	2.806	11.654	3.092	12.015
COFINS	1.923	7.532	3.174	8.178
Outros	616	2.929	888	3.002
	51.237	**104.170**	**56.470**	**107.684**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(39.751)	(32.977)	(39.751)	(32.977)
	11.486	**71.193**	**16.719**	**74.707**
Longo prazo				
ICMS	2.692	3.036	5.852	6.837
COFINS	3.652	1.383	3.652	1.517
Outros	792	301	792	330
	7.136	**4.720**	**10.296**	**8.684**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS decorrente da aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total dos créditos, tendo em vista que a venda de energia elétrica ocorre com diferimento de ICMS, nas operações internas, e com não-incidência de ICMS nas operações interestaduais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA 6 - ATIVO FISCAL DIFERIDO

				CONTROLADORA	
				2005	2004
NATUREZA DOS CRÉDITOS	BASE DE CÁLCULO	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	TOTAL	TOTAL
Provisão para perdas UTE Jacuí	303.131	-	27.282	27.282	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	136.668	34.167	-	34.167	33.433
Benefícios pós-emprego	194.557	48.639	17.510	66.149	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.745	30.436	10.957	41.393	44.477
Provisão para contingências	144.201	36.050	12.978	49.028	36.862
Provisão para depreciação acelerada UTE William Arjona	31.872	7.968	2.868	10.836	11.972
Provisão para perdas com créditos de ICMS	39.751	9.938	3.578	13.516	11.212
Provisão para grandes manutenções	46.193	11.548	4.158	15.706	10.396
Provisão para perdas em aplicações financeiras	11.896	2.974	1.071	4.045	4.045
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	15.000	3.750	1.350	5.100	3.570
Provisão honorários advocatícios	630	158	57	215	206
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Base negativa da contribuição social	5.960	-	537	537	12.933
		185.628	**82.346**	**267.974**	**275.476**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		40.079	41.018	81.097	94.344
Realizável a longo prazo		145.549	41.328	186.877	181.132
		185.628	**82.346**	**267.974**	**275.476**

				CONSOLIDADO	
				2005	2004
NATUREZA DOS CRÉDITOS	BASE DE CÁLCULO	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	TOTAL	TOTAL
Provisão para perdas UTE Jacuí	303.131	-	27.282	27.282	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	136.668	34.167	-	34.167	33.433
Benefícios pós-emprego	194.557	48.639	17.510	66.149	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.499	30.625	11.024	41.649	44.752
Provisão para contingências	146.472	36.618	13.182	49.800	37.844
Provisão para depreciação acelerada UTE William Arjona	31.872	7.968	2.868	10.836	11.972
Provisão para perdas com créditos de ICMS	39.751	9.938	3.578	13.516	11.212
Provisão para grandes manutenções	46.403	11.601	4.176	15.777	10.442
Provisão para perdas em aplicações financeiras	17.427	4.357	1.569	5.926	5.926
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	15.000	3.750	1.350	5.100	3.570
Provisão honorários advocatícios	630	158	57	215	206
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Prejuízo fiscal	10.767	2.692	-	2.692	4.501
Base negativa da contribuição social	17.156	-	1.544	1.544	14.588
		190.513	**84.140**	**274.653**	**284.816**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		40.996	41.348	82.344	98.173
Realizável a longo prazo		149.517	42.792	192.309	186.643
		190.513	**84.140**	**274.653**	**284.816**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subseqüentes.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referidos estudos técnicos estão em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.
O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

CONTROLADORA

NATUREZA DOS ATIVOS	2006	2007	2008	2009	2010	PRÓXIMOS 2 ANOS	PRÓXIMOS 3 ANOS	APÓS 2015	TOTAL
Ativo fiscal diferido, registrado									
Provisão para perdas Jacuí	27.282	-	-	-	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	6.834	10.248	-	34.167
Demais diferenças temporárias	49.861	25.890	13.209	19.830	31.850	60.961	4.387	-	205.988
Base negativa da contribuição social	537	-	-	-	-	-	-	-	537
	81.097	**29.307**	**16.626**	**23.247**	**35.267**	**67.795**	**14.635**	**-**	**267.974**
Ativo fiscal diferido, não registrado									
Ativo fiscal diferido - Jacuí	75.783	-	-	-	-	-	-	-	75.783
Ativo fiscal diferido - RIC	-	-	-	-	-	-	-	24.702	24.702
	75.783	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.702**	**100.485**
	156.880	**29.307**	**16.626**	**23.247**	**35.267**	**67.795**	**14.635**	**24.702**	**368.459**

CONSOLIDADO

NATUREZA DOS ATIVOS	2006	2007	2008	2009	2010	PRÓXIMOS 2 ANOS	PRÓXIMOS 3 ANOS	APÓS 2015	TOTAL
Ativo fiscal diferido, registrado									
Provisão para perdas Jacuí	27.282	-	-	-	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	6.834	10.248	-	34.167
Demais diferenças temporárias	50.125	26.047	13.314	21.816	32.062	61.217	4.387	-	208.968
Prejuízo fiscal	723	1.336	633	-	-	-	-	-	2.692
Base negativa da contribuição social	797	481	266	-	-	-	-	-	1.544
	82.344	**31.281**	**17.630**	**25.233**	**35.479**	**68.051**	**14.635**	**-**	**274.653**
Ativo fiscal diferido, não registrado									
Ativo fiscal diferido - Jacuí	75.783	-	-	-	-	-	-	-	75.783
Ativo fiscal diferido - RIC	-	-	-	-	-	-	-	24.702	24.702
	75.783	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.702**	**100.485**
	158.127	**31.281**	**17.630**	**25.233**	**35.479**	**68.051**	**14.635**	**24.702**	**375.138**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

Conforme mencionado na Nota 10-e, a Companhia, em junho de 2004, transferiu 33,33% do empreendimento Jacuí à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí, correspondente a 66,66%, ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em julho de 2005 a ELEJA adquiriu da Companhia participação adicional de 33,33% do projeto Jacuí, passando a ser titular de 66,66% do mesmo, mediante o exercício da primeira das suas opções de compra previstas no contrato. Em decorrência deste fato, houve reversão de parte da provisão para perdas econômicas, no ano de 2005 no montante de R$ 303.040.

A realização do saldo da provisão para perdas econômicas da UTE Jacuí, no ano de 2006, está baseada no pressuposto do exercício das opções de compra pela ELEJA ou venda pela Tractebel, naquele ano, da participação remanescente de 33,34% do projeto Jacuí. O valor do ativo fiscal diferido, já reconhecido contabilmente, refere-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e foi registrado em 1997. A Administração da Companhia está aguardando definições quanto ao exercício das opções de compra e venda para reconhecer o Imposto de Renda sobre a reversão da provisão, no valor de R$ 75.783.

A realização da RIC ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, no valor de R$ 24.702 (R$ 28.843 em 31.12.2004), em observância à Instrução CVM nº 371/02.

NOTA 7 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	CONTROLADORA			
	2005		2004	
	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO SOCIAL
Resultado antes dos tributos	**1.048.120**	**1.048.120**	**827.469**	**827.469**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	6.746	-	6.746
Gratificação e 13º de dirigentes	-	1.614	-	999
Doações	1.049	1.049	514	514
Outras despesas indedutíveis	36	36	913	913
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(116.885)	(116.885)	(82.394)	(82.394)
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	(303.040)	-	(365.581)
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	-	(87.809)	-	(98.492)
Reversão de juros sobre o capital próprio	(271.700)	(271.700)	(255.000)	(255.000)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	**660.620**	**278.131**	**491.502**	**35.174**
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	**(59.456)**	**(69.533)**	**(44.235)**	**(8.794)**
Incentivos fiscais	-	934	-	499
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	-	24	-	24
Outros	(19)	26	60	169
(=) Contrib. social e imposto renda no resultado	**(59.475)**	**(68.549)**	**(44.175)**	**(8.102)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(28.942)	(94.663)	(10.910)	(20.085)
Diferido	(30.533)	26.114	(33.265)	11.983
	(59.475)	**(68.549)**	**(44.175)**	**(8.102)**

	CONSOLIDADO			
	2005		2004	
	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO SOCIAL
Resultado antes dos tributos	**1.104.052**	**1.104.052**	**861.035**	**861.035**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	6.746	-	6.746
Gratificação e 13º de dirigentes	-	2.151	-	1.273
Doações	1.319	1.319	1.379	1.379
Outras despesas indedutíveis	38	38	921	952
Exclusões				
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	(303.040)	-	(365.581)
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	-	(87.809)	-	(98.492)
Reversão de juros sobre o capital próprio	(271.700)	(271.700)	(255.000)	(255.000)
Ajuste de controlada tributada pelo lucro presumido	(6.861)	(8.323)	(3.433)	(4.424)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	**826.848**	**443.434**	**604.902**	**147.888**
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	**(74.416)**	**(110.859)**	**(54.441)**	**(36.973)**
Incentivos fiscais	-	1.204	-	879
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	-	108	-	94
Reconhecimento de ativos fiscais diferidos de períodos anteriores	-	-	1.166	3.203
Outros	(19)	26	60	169
(=) Contrib. social e imposto renda no resultado	**(74.435)**	**(109.521)**	**(53.215)**	**(32.628)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(43.201)	(133.677)	(20.201)	(45.269)
Diferido	(31.234)	24.156	(33.014)	12.641
	(74.435)	**(109.521)**	**(53.215)**	**(32.628)**

NOTA 8 - ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

Em 04.06.2004, a Companhia transferiu 33,33% do projeto Jacuí à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA, por R$ 29.000, e em 29.07.2005 a ELEJA adquiriu participação adicional de 33,33% do referido empreendimento, por R$ 31.181, mediante exercício da primeira opção de compra, prevista no contrato firmado em 04.06.2004, passando a ser titular de 66,66% do mesmo.

De acordo com as condições contratuais os valores acima mencionados estão sendo atualizados pelo IGP-DI e perfazem, em 31.12.2005, o montante de R$ 60.220 (R$ 29.303 em 31.12.2004).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

a) Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Participações societárias permanentes avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Itá Energética S.A. - ITASA				
Equivalência patrimonial	270.006	255.327	-	-
Dividendos propostos	(3.860)	(1.576)	-	-
Ágio	10.299	12.587	10.299	12.587
	276.445	**266.338**	**10.299**	**12.587**
Companhia Energética Meridional - CEM				
Equivalência patrimonial	627.009	295.785	-	-
Dividendos intermediários	(30.000)	-	-	-
Dividendos propostos / revertidos	(65.000)	52.778	-	-
Ágio	31.204	35.662	31.204	35.662
	563.213	**384.225**	**31.204**	**35.662**
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.				
Equivalência patrimonial	**13.082**	**1.423**	**-**	**-**
Lages Bioenergética Ltda.				
Equivalência patrimonial	42.255	37.067	-	-
Dividendos propostos	(10.000)	(6.537)	-	-
	32.255	**30.530**	**-**	**-**
Delta Energética S. A.				
Equivalência patrimonial	6	7	-	-
	885.001	**682.523**	**41.503**	**48.249**
Participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição				
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica				
Quota de participação	**3**	**3**	**3**	**3**
	885.004	**682.526**	**41.506**	**48.252**
Bens e direitos de uso futuro e destinados à alienação	**1.742**	**1.742**	**1.742**	**1.742**
Outros investimentos	**371**	**371**	**371**	**371**
	887.117	**684.639**	**43.619**	**50.365**

b) Participações societárias permanentes

b.1 - Itá Energética S.A. - ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os Municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de 5 grupos geradores de 290 MW, e 720 MW médios de energia assegurada.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, que correspondem à Energia Assegurada da UHE Itá.

As informações pertinentes à participação na controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quantidade de ações ordinárias do capital social	520.219.172	520.219.172
Quantidade de ações ordinárias de propriedade da Tractebel Energia	253.606.840	253.606.840
Participação %	48,75	48,75
Capital social	426.300	426.300
Patrimônio líquido	545.941	520.516
Resultado do exercício	33.344	13.613
Investimento:		
Equivalência patrimonial	266.146	255.327
Ágio	10.299	12.587
Resultado de equivalência patrimonial	16.255	6.636

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos, admitindo-se uma renovação da concessão ao seu término, conforme faculta o respectivo Contrato de Concessão.

A avaliação considerou a relação de debt/equity de 50/50 para a implementação do projeto Itá, utilizando-se taxas de desconto de 11,0% para capital de terceiros e de 11,5% para capital próprio. O ágio amortizado no exercício foi de R$ 2.288 (R$ 2.288 em 2004). Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	2005	2004
Circulante	66.067	54.885
Realizável a longo prazo	9.521	13.942
Permanente	1.064.089	1.105.752
	1.139.677	**1.174.579**
PASSIVO		
Circulante	104.004	108.855
Exigível a longo prazo	489.732	545.208
Patrimônio líquido	545.941	520.516
	1.139.677	**1.174.579**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	233.129	322.630
Deduções da receita operacional	(21.564)	(28.546)
Receitas líquidas de vendas	**211.565**	**294.084**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.336)	(93.870)
Custo de produção de energia elétrica	(52.657)	(52.862)
	(53.993)	**(146.732)**
LUCRO BRUTO	**157.572**	**147.352**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(19.859)	(22.469)
Despesas gerais e administrativas	(19.138)	(19.309)
	(38.997)	**(41.778)**
Resultado do serviço	**118.575**	**105.574**
Despesas financeiras líquidas	**(67.975)**	**(98.440)**
RESULTADO OPERACIONAL	**50.600**	**7.134**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**-**	**(1)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**50.600**	**7.133**
Imposto de renda e contribuição social	(17.256)	6.480
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**33.344**	**13.613**

b.2 - Companhia Energética Meridional - CEM (controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	AÇÕES		2005 TOTAL	2004 TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS		
Quantidade de ações do capital social	118.849.336	225.678.665	344.528.001	225.170.692
Quantidade de ações de propriedade da Tractebel Energia	118.849.332	225.678.665	344.527.997	225.170.688
Participação %	99,99	100,00	99,99	99,99
Capital social			424.222	224.222
Patrimônio líquido			532.009	348.563
Resultado do exercício			78.446	68.785
Investimento:				
Equivalência patrimonial			532.009	295.785
Ágio			31.204	35.662
Resultado de equivalência patrimonial			78.446	68.785

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina, ajustado a valor presente com taxa de desconto de 14% a.a..

A avaliação levou em consideração a relação debt/equity de 70/30 para a construção da usina. O ágio amortizado no exercício foi de R$ 4.458 (R$ 4.458 em 2004).

b.3 - Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quotas que compõem o capital social	2.200.000	1.000.000
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	2.199.999	999.999
Participação %	99,99	99,99
Capital social	2.200	1.000
Patrimônio líquido	13.082	1.423
Resultado do exercício	10.459	439
Investimento:		
Equivalência patrimonial	13.082	1.423
Resultado de equivalência patrimonial	10.459	439

b.4 - Lages Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages - SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A unidade de cogeração possui um sistema de transmissão de interesse restrito, composto de uma subestação com transformador de 31.250 kVA - 13,8/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente 5 km de extensão. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002. A operação comercial da central geradora foi liberada a partir do dia 23.12.2003.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quotas que compõem o capital social	30.529.984	30.529.984
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	30.529.983	30.529.983
Participação %	99,99	99,99
Capital social	30.530	30.530
Patrimônio líquido	32.255	30.530
Resultado do exercício	11.725	6.537
Investimento:		
Equivalência patrimonial	32.255	30.530
Resultado de equivalência patrimonial	11.725	6.537

b.5 - Delta Energética S. A. (controlada)

A Companhia detém 9.999 das 10.000 ações que compõem o capital social da Delta. Esta controlada foi constituída em 31.10.2001, sob a denominação de Delta Participações S.A. e em 26.04.2004 teve a sua denominação social alterada para Delta Energética S.A. A controlada não exerceu atividades até o presente momento.

NOTA 10 - ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

		CONSOLIDADO				
			2005		2004	
	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO	EMPRESA
Imobilizações em Serviço						
Intangível						
Direito de exploração UHE Cana Brava	3,2	88.664	(9.796)	78.868	81.714	CEM
Tangível						
Geração Hidráulica						
UHE Salto Santiago	2,5	638.934	(475.276)	163.658	178.776	Controladora
UHE Salto Osório	2,8	297.694	(228.447)	69.247	64.633	Controladora
UHE Passo Fundo	2,5	123.116	(89.849)	33.267	36.399	Controladora
UHE Itá (em consórcio)	2,3	1.781.117	(220.321)	1.560.796	1.600.748	Controladora/ ITASA
UHE Machadinho (em consórcio)	2,4	179.937	(15.794)	164.143	167.420	Controladora
UHE Cana Brava	2,5	871.345	(72.083)	799.262	818.620	CEM
		3.892.143	**(1.101.770)**	**2.790.373**	**2.866.596**	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

continuação — **CONSOLIDADO**

		2005			2004	
	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO	EMPRESA
Geração Térmica						
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.457.592	(1.186.116)	1.271.476	1.356.336	Controladora
UTE Charqueadas	4,4	54.717	(48.140)	6.577	7.999	Controladora
UTE Alegrete	4,1	8.101	(7.234)	867	932	Controladora
UTE William Arjona	4,3	174.498	(66.997)	107.501	112.530	Controladora
Unidade de Cogeração Lages	4,3	68.049	(5.077)	62.972	55.519	Lages
		2.762.957	**(1.313.564)**	**1.449.393**	**1.533.316**	
Sistema de Comunicação	**6,1**	**1.102**	**(985)**	**117**	**669**	**Consolidado**
Equipamentos Gerais e Outros	**10,0**	**36.354**	**(18.979)**	**17.375**	**14.287**	**Consolidado**
		6.781.220	**(2.445.094)**	**4.336.126**	**4.496.582**	
Imobilizações em Curso						
Geração Hidráulica						
UHE Itá (custos retardatários)		4.972	-	4.972	5.471	Controladora/ ITASA
UHE Machadinho (custos retardatários)		92	-	92	-	Controladora
UHE Cana Brava (obra de adição)		1.068	-	1.068	1.602	CEM
UHE S. Santiago (obra de adição)		1.907	-	1.907	890	Controladora
UHE S. Osório (obra de adição)		12.538	-	12.538	16.504	Controladora
Outros		614	-	614	194	Controladora
		21.191	**-**	**21.191**	**24.661**	
Geração Térmica						
UTE Jacuí		26.791	-	26.791	52.320	Controladora
UTE J. Lacerda (obra de adição)		14.693	-	14.693	7.680	Controladora
UTE Charqueadas (obra de adição)		1.825	-	1.825	421	Controladora
Unidade de Cogeração Lages		4.101	-	4.101	9.646	Lages
Outros		91	-	91	15	Controladora
		47.501	**-**	**47.501**	**70.082**	
Equipamentos Gerais e Outros		**5.339**	**-**	**5.339**	**1.794**	**Controladora**
		74.031	**-**	**74.031**	**96.537**	
Total das imobilizações		**6.855.251**	**(2.445.094)**	**4.410.157**	**4.593.119**	
Obrigações especiais		**(56.689)**	**-**	**(56.689)**	**(56.689)**	**Controladora/ Lages**
		6.798.562	**(2.445.094)**	**4.353.468**	**4.536.430**	

b) Mutação do ativo imobilizado

	CONTROLADORA		
	EM SERVIÇO	EM CURSO	TOTAL
Saldo em 31.12.2003	**3.202.847**	**112.591**	**3.315.438**
Aquisições	-	29.926	29.926
Encargos financeiros e ajustes de obrigações vinculadas a obras	-	(3.116)	(3.116)
Transferências	27.810	(27.810)	-
Depreciação	(175.974)	-	(175.974)
Baixas	(172)	(31.380)	(31.552)
Saldo em 31.12.2004	**3.054.511**	**80.211**	**3.134.722**
Aquisições	-	37.519	37.519
Transferências	27.524	(27.524)	-
Depreciação	(158.608)	-	(158.608)
Baixas	(1.723)	(26.259)	(27.982)
	2.921.704	**63.947**	**2.985.651**
Obrigações Especiais	(56.564)	-	(56.564)
Saldo em 31.12.2005	**2.865.140**	**63.947**	**2.929.087**

	CONSOLIDADO		
	EM SERVIÇO	EM CURSO	TOTAL
Saldo em 31.12.2003	**4.624.997**	**180.687**	**4.805.684**
Aquisições	-	38.053	38.053
Encargos financeiros de dívidas, líquidos	-	(48)	(48)
Encargos financeiros e ajustes de obrigações vinculadas a obras	-	(3.116)	(3.116)
Transferências	87.516	(87.516)	-
Depreciação	(215.716)	-	(215.716)
Baixas	(215)	(31.523)	(31.738)
Saldo em 31.12.2004	**4.496.582**	**96.537**	**4.593.119**
Aquisições	-	43.916	43.916
Transferências	40.165	(40.165)	-
Depreciação	(198.890)	-	(198.890)
Baixas	(1.731)	(26.257)	(27.988)
	4.336.126	**74.031**	**4.410.157**
Obrigações Especiais	(56.689)	-	(56.689)
Saldo em 31.12.2005	**4.279.437**	**74.031**	**4.353.468**

c) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente. A composição destas obrigações é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Doações e subvenções destinadas a investimentos	47.937	47.937	48.062	48.062
Reversão e amortização	2.230	2.230	2.230	2.230
Participação da União	3.758	3.758	3.758	3.758
Outras	2.639	2.639	2.639	2.639
	56.564	**56.564**	**56.689**	**56.689**

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	DETENTORA DA CONCESSÃO OU AUTORIZAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA MW	DATA DO ATO	VENCIMENTO
I - Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
II-Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Jacuí	ELEJA	350	07.02.2002	07.02.2032
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. - ITASA (ver Nota 9-b.1).

A concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

e) Usina Termelétrica Jacuí

Em junho de 2004, após conduzir um processo competitivo entre potenciais terceiros interessados no projeto Jacuí, a Companhia transferiu 33,33% do empreendimento à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA, por R$ 29.000. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí, correspondente a 66,66%, ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em julho de 2005 a ELEJA adquiriu da Companhia participação adicional de 33,33% do projeto Jacuí, por R$ 31.181, passando a ser titular de 66,66% do mesmo, mediante o exercício da primeira das suas opções de compra previstas no contrato. Em 2006, tanto a Companhia como a ELEJA poderão exercer suas opções de venda e compra, reciprocamente, da participação remanescente da Companhia no projeto Jacuí, hipótese em que a ELEJA passaria a ser detentora de 100% do projeto Jacuí. Nos termos do contrato, a ELEJA assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto Jacuí. Em 2005, a autorização para a implantação e exploração da UTE Jacuí foi transferida da Companhia para a ELEJA, conforme aprovação da ANEEL.

Os valores associados aos ativos baixados pela Companhia, em decorrência dos fatos acima informados, são os seguintes:

	2005	2004
Custo bruto	400.696	479.294
Remuneração das imobilizações em curso - RIC	(71.242)	(84.891)
Sub-total	329.454	394.403
Reversão de provisão	(303.040)	(365.581)
Valor contábil líquido	**26.414**	**28.822**

f) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete - RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

NOTA 11 - UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual, em 31.12.2004, de R$ 68.485, que era compatível com o valor estimado de alienação. O valor amortizado no período de 2002 a 2004 foi de R$ 35.214.

Em 26 de outubro de 2004 a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras serão mantidas e estarão à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a partir de 1º de janeiro de 2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia está revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

NOTA 12 - FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Energia elétrica	42.837	65.704	14.075	32.598
Encargos de uso da rede elétrica	33.254	19.849	37.122	23.074
Combustíveis fósseis / biomassa	46.966	37.445	47.146	37.445
Materiais e serviços	17.661	16.591	23.782	24.169
	140.718	**139.589**	**122.125**	**117.286**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

a) Composição:

	CONTROLADORA					
	2005			2004		
	PRINCIPAL E ENCARGOS			PRINCIPAL E ENCARGOS		
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	88.090	263.997	352.087	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	12.481	134.154	146.635	14.251	183.892	198.143
	100.571	**398.151**	**498.722**	**118.812**	**597.966**	**716.778**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	81.178	174.443	255.621	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	12.386	29.355	41.741	10.977	41.133	52.110
	93.564	**203.798**	**297.362**	**77.383**	**288.935**	**366.318**
	194.135	**601.949**	**796.084**	**196.195**	**886.901**	**1.083.096**

	CONSOLIDADO					
	2005			2004		
	PRINCIPAL E ENCARGOS			PRINCIPAL E ENCARGOS		
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	88.090	263.997	352.087	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	12.481	134.154	146.635	48.857	491.788	540.645
	100.571	**398.151**	**498.722**	**153.418**	**905.862**	**1.059.280**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	81.178	174.443	255.621	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	61.594	338.544	400.138	57.888	385.745	443.633
	142.772	**512.987**	**655.759**	**124.294**	**633.547**	**757.841**
	243.343	**911.138**	**1.154.481**	**277.712**	**1.539.409**	**1.817.121**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL
Saldo em 31.12.2003	**188.892**	**1.128.340**	**1.317.232**	**258.497**	**1.859.455**	**2.117.952**
Ingressos	-	-	-	-	13.771	13.771
Transferências	196.526	(196.526)	-	275.964	(275.964)	-
Encargos gerados	101.577	-	101.577	173.497	5.498	178.995
Variações monetárias geradas	(6.473)	(34.753)	(41.226)	(8.737)	(53.191)	(61.928)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.160)	(10.160)	-	(10.160)	(10.160)
Amortizações	(284.327)	-	(284.327)	(421.509)	-	(421.509)
Saldo em 31.12.2004	**196.195**	**886.901**	**1.083.096**	**277.712**	**1.539.409**	**1.817.121**
Transferências	182.815	(182.815)	-	516.381	(516.381)	-
Encargos gerados	84.564	-	84.564	130.848	5.031	135.879
Variações monetárias geradas	(21.583)	(91.753)	(113.336)	(23.390)	(106.537)	(129.927)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.384)	(10.384)	-	(10.384)	(10.384)
Amortizações	(247.856)	-	(247.856)	(658.208)	-	(658.208)
Saldo em 31.12.2005	**194.135**	**601.949**	**796.084**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais:

	CONTROLADORA					
	2005			2004		
	MOEDA MIL	REAIS	%	MOEDA MIL	REAIS	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano - USD	142.985	334.686	42,04	166.735	442.580	40,86
Euro - EUR	50.446	139.687	17,55	59.507	215.384	19,89
Libra Esterlina - GBP	6.054	24.349	3,06	11.474	58.814	5,43
		498.722	**62,65**		**716.778**	**66,18**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)	-	255.622	32,11	-	314.208	29,01
Não indexado	-	41.740	5,24	-	52.110	4,81
		297.362	**37,35**		**366.318**	**33,82**
		796.084	**100,00**		**1.083.096**	**100,00**

	CONSOLIDADO					
	2005			2004		
	MOEDA MIL	REAIS	%	MOEDA MIL	REAIS	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano - USD	142.985	334.686	28,99	295.767	785.082	43,20
Euro - EUR	50.446	139.687	12,10	59.507	215.384	11,85
Libra Esterlina - GBP	6.054	24.349	2,11	11.474	58.814	3,24
		498.722	**43,20**		**1.059.280**	**58,29**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)	-	255.622	22,14		314.208	17,29
URTJLP	-	358.397	31,04		391.523	21,55
Não indexado	-	41.740	3,62		52.110	2,87
		655.759	**56,80**		**757.841**	**41,71**
		1.154.481	**100,00**		**1.817.121**	**100,00**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores:

	%	
MOEDA - INDEXADOR	**2005**	**2004**
Dólar Americano - USD	(11,82)	(8,13)
Libra Esterlina - GBP	(21,53)	(1,09)
Euro - EUR	(23,50)	(0,85)
URTJLP	3,59	3,66

e) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e encargos a longo prazo:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	MOEDA ESTRANGEIRA	**MOEDA NACIONAL**	**TOTAL**	**MOEDA ESTRANGEIRA**	**MOEDA NACIONAL**	**TOTAL**
2007	149.010	94.428	243.438	149.010	142.199	291.209
2008	34.947	30.222	65.169	34.947	77.993	112.940
2009	28.708	30.974	59.682	28.708	78.745	107.453
2010	21.273	33.848	55.121	21.273	81.619	102.892
2011	21.273	14.326	35.599	21.273	62.096	83.369
De 2012 até 2024	142.940	-	142.940	142.940	70.335	213.275
	398.151	**203.798**	**601.949**	**398.151**	**512.987**	**911.138**

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas:

NA CONTROLADORA

Mercado interno

Taxas fixas de 11,90% a 12,00% a.a.
(Em 2004, 11,90% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes: 19,65% a.a.
(Em 2004, 18,18% a.a.)

Mercado externo

Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a.
(Em 2004, de 6,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes de 2,36% a 9,30% a.a.
(Em 2004, de 2,77% a 9,29% a.a.)

NO CONSOLIDADO

Mercado interno

Taxas fixas de 11,90% a 12,00% a.a.
(Em 2004, de 11,90% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes de 12,00% a 19,65% a.a.
(Em 2004, 12,00% a 18,18% a.a.)

Mercado externo

Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a.
(Em 2004, de 6,00% a 10,43% a.a.)
Taxas flutuantes de 2,36% a 9,30% a.a.
(Em 2004, de 2,77% a 9,29% a.a.)

NOTA 14 - DEBÊNTURES

a) Controladora

Em 11.05.2005, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu o registro de distribuição primária de debêntures simples, mediante subscrição pública, de emissão da Companhia, composta por 20.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo, na data de emissão, 02.05.2005, o montante total de R$ 200.000. A 1ª série, composta por 14.000 debêntures, vencerá em 02.05.2011 e terá amortização integral em uma única parcela, e a 2ª série, composta por 6.000 debêntures, vencerá em 02.05.2010 e

terá amortização integral em uma única parcela. As debêntures da 1ª série serão atualizadas pelo IGP-M e farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de 9,29% ao ano, a partir da data de emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das debêntures da 1ª série. As debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração equivalente à acumulação de 103,90% da Taxa DI.
A liquidação total da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 16.05.2005. Os recursos obtidos por meio da Oferta destinaram-se a aumento de capital na controlada Companhia Energética Meridional - CEM, para propiciar, àquela Companhia, o pré-pagamento dos Contratos de Empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

b) Companhia Energética Meridional - CEM

Em 19.05.1999, a controlada assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures, tendo sido subscritas e integralizadas, no período de maio a dezembro de 1999, o montante de 7.773 debêntures, cujo saldo atualizado até 31.12.2005 é de R$ 93.437, sendo R$ 10.919 no passivo circulante e R$ 82.518 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 98.107, R$ 10.008 no passivo circulante e R$ 88.099 no exigível a longo prazo).
As debêntures são remuneradas com base na TJLP mais 4% a.a., com pagamento dos juros semestralmente, no período de 01.10.1999 até 01.04.2013.
O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.
A amortização do valor nominal das debêntures teve início em 01.10.2003 com vencimento final em 01.04.2013, e ocorre semestralmente com base em programação de amortização crescente que varia de 3,0625%, na primeira amortização, a 7,5737% na última parcela, com vencimento em 01.04.2013.

c) Itá Energética S.A. - ITASA

Em 07.03.2001, a controlada em conjunto emitiu duas séries de 8.400 debêntures não conversíveis cada uma, para colocação pública, integralizados em 23.03.2001. O saldo atualizado em 31.12.2005, nas demonstrações financeiras consolidadas, é de R$ 67.215, sendo R$ 9.885 no passivo circulante e R$ 57.330 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 78.872, R$ 13.352 no passivo circulante e R$ 65.520 no exigível a longo prazo).
Os juros sobre as debêntures são pagos anualmente, sendo os da 1ª série a partir de 01.12.2001 e os da 2º série a partir de 01.06.2002 e são calculados conforme abaixo:
1ª série: de 01.12.2001 a 01.12.2003 - IGP-M + 11,2% a.a.
de 02.12.2003 a 01.12.2013 - IGP-M + 9,4% a.a.
2ª série: de 01.06.2002 a 01.06.2004 - IGP-M + 11,2% a.a.
de 02.06.2004 a 01.06.2013 - IGP-M + 9,4% a.a.
A amortização do valor nominal das debêntures será efetuada em parcelas anuais, sendo que a da 1ª série terá início em 01.12.2004, com vencimento final em 1° de dezembro de 2013 e a da 2ª série, a partir de 01.06.2004, com vencimento final em 01.06.2013.

d) Vencimentos das debêntures a longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2007	-	17.807
2008	-	18.769
2009	-	19.827
2010	60.000	80.990
2011	138.348	160.618
De 2012 a 2013	-	40.185
	198.348	**338.196**

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA			
	2005			2004
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	TOTAL
Provisões trabalhistas	9.772	-	9.772	8.542
Provisão para grandes manutenções	24.280	21.913	46.193	30.574
Provisão bônus gerencial e participação nos resultados	15.000	-	15.000	10.500
Outras	32	630	662	2.109
	49.084	**22.543**	**71.627**	**51.725**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

As provisões trabalhistas referem-se às estimativas de 13º salário, férias, gratificação de férias e os respectivos encargos sociais.
Buscando mensurar adequadamente os resultados dos exercícios sociais futuros, a Companhia adota o registro de provisões para grandes manutenções do parque gerador, com base em plano executivo para preservação das condições de operação das usinas.
O balanço patrimonial consolidado inclui o valor de R$ 114, referente a provisões trabalhistas reconhecidas nas demonstrações financeiras da ITASA (R$ 74 em 2004) e o valor de R$ 371, referente à provisão para manutenção programada da Usina Hidrelétrica Cana Brava e da Central Geradora Lages Bioenergética (R$ 135 em 2004).

NOTA 16 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

	CONTROLADORA			
	2005		2004	
	PROVISÃO	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÃO	DEPÓSITOS JUDICIAIS
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.073	13.589	19.182	11.824
Periculosidade	748	600	974	491
Horas extras	684	650	698	281
Equiparação salarial e enquadramento funcional	783	237	689	179
Horas in itinere	757	173	820	190
Outras	1.992	2.876	2.062	2.408
	22.037	**18.125**	**24.425**	**15.373**
Cíveis				
Fornecedores	63.097	-	31.020	-
Atingidos pela UHE Itá	1.679	-	1.720	-
Danos emergentes e lucros cessantes	642	542	967	-
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.317	-	18.419	-
Outras	752	-	2.436	-
	86.487	**542**	**54.562**	**-**
Fiscais				
Contribuição Social	14.720	6.678	11.066	5.034
Imposto de Renda	-	2.447	-	-
PIS/COFINS	-	25.624	-	-
INSS	20.957	11.406	18.366	5.641
	35.677	**46.155**	**29.432**	**10.675**
	144.201	**64.822**	**108.419**	**26.048**
Classificação das provisões para contingências no Balanço				
Circulante	41.595	-	-	-
Longo Prazo	102.606	64.822	108.419	26.048
	144.201	**64.822**	**108.419**	**26.048**

	CONSOLIDADO			
	2005		2004	
	PROVISÃO	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÃO	DEPÓSITOS JUDICIAIS
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.073	13.589	19.182	11.824
Periculosidade	748	600	974	491
Horas extras	684	650	698	281
Equiparação salarial e enquadramento funcional	783	237	689	179
Horas in itinere	757	173	820	190
Outras	1.992	2.876	2.062	2.408
	22.037	**18.125**	**24.425**	**15.373**
Cíveis				
Fornecedores	64.334	-	31.020	-
Atingidos pela UHE Itá	3.028	-	2.451	-
Danos emergentes e lucros cessantes	642	542	967	-
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.317	-	18.419	-
Outras	1.674	-	2.654	2
	89.995	**542**	**55.511**	**2**
Fiscais				
Contribuição Social	14.720	6.678	11.066	5.034
Imposto de Renda	-	2.447	-	-
PIS/COFINS	-	32.207	-	-
INSS	20.957	11.406	18.366	5.641
	35.677	**52.738**	**29.432**	**10.675**
	147.709	**71.405**	**109.368**	**26.050**
Classificação das provisões para contingências no Balanço				
Circulante	42.326	-	731	-
Longo Prazo	105.383	71.405	108.637	26.050
	147.709	**71.405**	**109.368**	**26.050**

Em julho de 2005, a Companhia impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei º 10.833/03. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-lei nº 1.598/1977, o que implica ser a indigitada Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia está recolhendo o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, depositando os valores que entende indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005.

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	CONTROLADORA					
	2005			2004		
	RISCO POSSÍVEL	RISCO REMOTO	TOTAL	RISCO POSSÍVEL	RISCO REMOTO	TOTAL
Trabalhistas	8.107	9.518	17.625	9.261	11.269	20.530
Cíveis	9.519	18.236	27.755	3.618	16.352	19.970
Fiscais	27.804	4.920	32.724	-	-	-
	45.430	**32.674**	**78.104**	**12.879**	**27.621**	**40.500**

	CONSOLIDADO					
	2005			2004		
	RISCO POSSÍVEL	RISCO REMOTO	TOTAL	RISCO POSSÍVEL	RISCO REMOTO	TOTAL
Trabalhistas	8.107	9.518	17.625	9.261	11.269	20.530
Cíveis	30.903	26.480	57.383	19.090	24.048	43.138
Fiscais	35.464	4.920	40.384	-	-	-
	74.474	**40.918**	**115.392**	**28.351**	**35.317**	**63.668**

Contingência ativa

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS, instituído pela Lei nº 9.718/98.

A Companhia tem processo semelhante aguardando decisão judicial, com provável chance de êxito.

As receitas atingidas pelo alargamento da base de cálculo são, basicamente, a subvenção combustíveis CCC/CDE e receitas financeiras e o valor que a Companhia espera recuperar, atualizados até 31.12.2005, é de R$ 82.054 na Controladora e R$ 83.128 no consolidado, não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 17 - CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional - CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M:

		HISTÓRICO		ATUALIZADO	
ANO	INÍCIO DE PAGAMENTO	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL
1º	-	1	1	2	2
2º ao 6º	-	-	-	-	-
7º ao 25º	30.08.2004	680	12.920	1.536	29.184
26º ao 35º	30.08.2023	61.280	612.800	138.421	1.384.210
			625.721		**1.413.396**

O fluxo de pagamento acima está previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Concessão. Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.
Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97 para a licitação da referida concessão.
Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.
O saldo desta obrigação, atualizado até 31.12.2005, é de R$ 179.660, sendo R$ 1.530 no passivo circulante e R$ 178.130 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 161.889, sendo R$ 1.472 no passivo circulante e R$ 160.417 no exigível a longo prazo).

O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

2007	1.530
2008	1.530
2009	1.530
2010	1.530
2011	1.530
De 2012 até 2033	170.480
	178.130

NOTA 18 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os passivos atuariais da Companhia são determinados por atuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada.
Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia na condição de sua Instituidora e por outras Companhias, pertencentes ao Grupo Suez.
Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria e pensão e repartição simples para os auxílios, a seguir especificados:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC.
O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Adicionalmente, a Companhia contribui com 1,7825% da folha de salários, cujo valor é ajustado mensalmente por um fator determinado em função da oscilação do número de empregados participantes do Plano, para fins de amortização de reservas relativas a tempo de serviço passado por ela reconhecido, reavaliadas atuarialmente, cujo compromisso encerra-se em dezembro de 2023.
O valor dessas contribuições no exercício de 2005 foi de R$ 3.595 (R$ 7.300 em 2004).
A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

O valor dessas despesas no exercício de 2005 foi de R$ 2.110 (R$ 2.450 em 2004).

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, patrocinada pela Companhia e por outra empresa, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da rescisão do Convênio de Adesão, o Plano de Benefícios composto pelos participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, continua sob a responsabilidade da Companhia.

Enquanto perdurar esta situação, a Companhia é responsável pelo custeio de 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da outra patrocinadora desta fundação). As despesas são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais da ELOS e o valor de responsabilidade da Companhia no exercício de 2005 foi de R$ 1.777 (R$ 1.127 em 2004).

As partes continuam buscando alternativas àquela aprovada pela SPC para regularizar a situação que se apresenta até o momento.

Em 05.04.2004, a Companhia firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o plano de Contribuição Definida aos seus empregados e dando início ao processo de migração prevista no seu regulamento. A efetiva inscrição de participantes no plano de Contribuição Definida teve início a partir de janeiro em 2005, sendo que o processo de migração encerrou em 31.07.2005, com a migração de aproximadamente 94% dos participantes.

Conforme as instruções contidas na Deliberação nº 371 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de 13.12.2000, os ganhos e perdas oriundos das reduções e liquidações antecipadas de um plano de Benefício Definido devem ser reconhecidos quando de sua ocorrência. Na avaliação atuarial realizada por atuários independentes em 31.07.2005, data da segregação patrimonial entre os dois planos, foram apurados os seguintes impactos decorrentes do processo de migração dos participantes:

	ANTES DA REDUÇÃO	GANHO NA REDUÇÃO	PÓS A REDUÇÃO	PERDA NA TRANSFERÊNCIA	APÓS A TRANSFERÊNCIA
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.254.857	(22.883)	1.231.974	(104.487)	1.127.487
Valor justo dos ativos	(754.553)	-	(754.553)	105.052	(649.501)
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(231.686)	4.225	(227.461)	23.916	(203.545)
Passivo atuarial líquido	**268.618**	**(18.658)**	**249.960**	**24.481**	**274.441**

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

	2005	2004
Taxa de desconto (a.a.)	11,25%	12,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,50%	12,50%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	7,50%	8,00%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,50%	6,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,50%	6,00%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,50%	6,00%
Inflação	5,50%	6,00%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas

- Tábua de Mortalidade (ativos) - GAM 1983, com ajuste de idade de -1
- Tábua de Mortalidade de Inválidos - IAPB 57
- Tábua de Entrada em Invalidez - TASA27
- Tábua de Rotatividade - T-1 Experience
- Idade de Aposentadoria - Primeira data em que completam todas as carências
- % de participantes ativos casados na data da aposentadoria - 90,00%
- Diferença de idade entre participante e cônjuge - Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

- % de participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão - 100%
- Fator de conversão do SB-40 - 140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia é a seguinte:

	2005			2004		
	PLANO DE APOSENTA-DORIA	GRATIFICAÇÃO DE CONFIDEN-CIALIDADE	TOTAL	PLANO DE APOSENTA-DORIA	GRATIFICAÇÃO DE CONFIDEN-CIALIDADE	TOTAL
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.145.672	-	1.145.672	1.102.860	-	1.102.860
Valor justo dos ativos	(689.903)	-	(689.903)	(695.397)	-	(695.397)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.359	1.359	-	1.143	1.143
Subtotal	**455.769**	**1.359**	**457.128**	**407.463**	**1.143**	**408.606**
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(170.048)	(305)	(170.353)	(158.295)	(184)	(158.479)
Passivo reconhecido no balanço	**285.721**	**1.054**	**286.775**	**249.168**	**959**	**250.127**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 7,27 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço, decorrente de "benefícios pós-emprego", está coberta por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo, firmado pela Companhia. A composição do passivo nas demonstrações financeiras é a seguinte:

	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	2005 TOTAL	2004 TOTAL
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas, incluindo o financiamento de despesas administrativas	17.613	72.430	90.043	97.626
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	16.890	8.109	24.999	41.217
Passivo atuarial não contratado	46.517	125.216	171.733	111.284
Passivo atuarial total	**81.020**	**205.755**	**286.775**	**250.127**

A movimentação do passivo atuarial total, reconhecida no balanço patrimonial do exercício de 2005, está resumida a seguir:

	PLANO DE APOSENTADORIA	GRATIFICAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE	TOTAL
Passivo em 31.12.2003	**243.307**	**794**	**244.101**
Despesas do exercício de 2004	57.062	186	57.248
Contribuições reais da Cia. no ano de 2004	(51.201)	-	(51.201)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2004	-	(21)	(21)
Passivo em 31.12.2004	**249.168**	**959**	**250.127**
Despesas do exercício de 2005	75.128	188	75.316
Contribuições reais da Cia. no ano de 2005	(38.575)	-	(38.575)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2005	-	(93)	(93)
Passivo em 31.12.2005	**285.721**	**1.054**	**286.775**

Os valores a serem reconhecidos no resultado do exercício de 2006, relativamente ao plano de Benefícios e Gratificação de Confidencialidade são os seguintes:

	PLANO DE APOSENTADORIA	GRATIFICAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE	TOTAL
Custo do serviço corrente	817	55	872
Custo dos juros	124.487	130	124.617
Rendimento esperado dos ativos do plano	(75.248)	-	(75.248)
Amortização de perdas atuariais	8.344	14	8.358
Contribuição dos empregados	(266)	-	(266)
Total	**58.134**	**199**	**58.333**

Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar outro plano, do tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (887 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas do participante e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia no exercício de 2005 foi de R$ 2.236.

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial de R$ 1.760, paga ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia é responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de Contribuição Definida até 31.12.2006, a partir daí os mesmos serão rateados pelos participantes do plano. O valor dessas despesas no exercício de 2005 foi de R$ 241.

Em reconhecimento à confiança depositada pelos empregados que aderiram ao novo Plano de Benefícios da PREVIG, a Companhia efetuou o pagamento de uma contribuição voluntária ao Plano de Contribuição Definida, adicionalmente às contribuições já previstas no regulamento, equivalente ao valor de 50% da remuneração mensal de cada empregado participante, calculada com base no mês de novembro de 2005, o que gerou uma despesa de R$ 2.135.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

NOTA 19 - PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.532 no exigível a longo prazo (R$ 39.616, em 2004, no passivo circulante), calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.446 (R$ 116.516 em 2004), correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto no Despacho ANEEL nº. 288, de 16.05.2002, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. Devido a expectativa de que a solução da contestação não ocorrerá no próximo exercício, em 2005, o passivo fiscal diferido está sendo apresentado no exigível a longo prazo.

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Grupamento e conversão de ações

Consoante deliberação ocorrida na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07.04.2005, as ações representativas do capital social da Companhia foram agrupadas, em 23.05.2005, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe existentes. Concomitantemente com essa operação no Brasil, a relação de ações por ADR - American Depositary Receipt no mercado americano também foi alterada, passando a ser de 5 (cinco) ações para 1 (um) ADR.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07.06.2005, aprovou proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais classes "A" e "B" em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

A referida proposta tinha por objetivos essenciais: (i) equalizar os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia; (ii) adaptar a sua estrutura acionária aos procedimentos mais recomendados de governança corporativa; (iii) conferir maiores condições de liquidez a todas as ações de emissão da Companhia; e (iv) possibilitar o ingresso da Companhia no denominado "Novo Mercado" da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.
As Assembléias Gerais Extraordinárias, Especial dos Titulares de ações preferenciais classe "A" e classe "B", foram realizadas no dia 27.06.2005, tendo sido aprovada apenas a conversão da totalidade das ações preferências classe "B" e a posterior consolidação do Estatuto Social. Em 17.08.2005 foi ratificada pela segunda Assembléia Especial dos Titulares de ações preferenciais classe "A" (2ª convocação) a conversão da totalidade das ações preferenciais classe "A" e, também, a posterior consolidação do Estatuto Social.

c) Capital social subscrito e integralizado
Atualmente, a Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.
O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2005, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2005 é de R$ 4,11 (R$ 4,27 por lote de mil ações em 31.12.2004).

O quadro societário da Companhia, está assim constituído:

ACIONISTAS	% DO CAPITAL	
	2005	2004
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,73	78,30
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	2,80	5,62
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,57	4,18
	100,00	**100,00**

Com o objetivo de aumentar a liquidez das ações negociadas na BOVESPA, o acionista controlador, Suez Energy South America Participações Ltda., vendeu, através de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias, 62.500.000 ações, equivalente a 9,57% do Capital Social da Companhia.

A composição das reservas, está assim constituída:

Composição das reservas	2005	2004
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	148.257	102.252
Reserva de retenção de lucros	243	147.243
	148.500	**249.495**

NOTA 21 - DIVIDENDOS PROPOSTOS

No decorrer do ano de 2005, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio, em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, com os seguintes valores:

- R$ 110.000, correspondentes a R$ 0,199740 por lote de mil ações Preferenciais Classe A, R$ 0,168516 por lote de mil ações Preferenciais Classe B e Ordinárias, aprovados em 12.05.2005, com o início dos pagamentos em 08.07.2005.
- R$ 122.000, correspondentes a R$ 0,186904 por ação Ordinária, aprovados em 19.10.2005, com o início dos pagamentos em 10.11.2005.
- R$ 39.700, correspondentes a R$ 0,060820 por ação Ordinária, aprovados em 15.12.2005, com o início dos pagamentos em 19.04.2006.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2005.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

Em 19.10.2005, o Conselho de Administração da Companhia, usando a competência que lhe conferem o artigo 19, inciso XV do Estatuto Social, aprovou a distribuição de dividendos intermediários com base nas reservas de lucros existentes em 31.12.2004, exceto a reserva legal, no valor de R$ 147.000, correspondentes a R$ 0,225204 por ação, os quais foram pagos em 10.11.2005 e, também, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2005, no valor de R$ 141.000, correspondentes a R$ 0,216012 por ação, os quais também foram pagos em 10.11.2005. Essas distribuições estão fundamentadas no caput e no § 2º do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no § 1º do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

	2005	2004
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192
Constituição da reserva legal (5%)	(46.005)	(38.760)
Base de cálculo	874.091	736.432
Dividendos mínimos obrigatórios (30% em 2005 e 25% em 2004)	**262.227**	**184.108**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	232.132	216.750
Dividendos intercalares	141.000	-
Saldo dos dividendos propostos	461.391	335.032
Subtotal	834.523	551.782
I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio	39.568	38.250
Total	**874.091**	**590.032**
Dividendos / juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação em 2005 e por lote de mil ações em 2004 **(em R$ 1,00)**:		
Preferenciais classe A	-	0,920260
Preferenciais classe B	-	0,845321
Ordinárias	1,339106	0,845321

O saldo dos dividendos propostos, no valor de R$ 461.391, correspondente a R$ 0,706850 por ação, será pago após a deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA 22 - DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	CONTROLADORA					
					2005	2004
	CUSTOS		DESPESAS			
	PRODUÇÃO E COMERCIALIZ.	SERVIÇOS PRESTADOS	DESPESAS COM VENDAS	GERAIS E ADMINISTRATIVAS	TOTAL	TOTAL
Pessoal	73.943	6.391	5.785	37.400	123.519	111.913
Material	19.568	229	38	1.016	20.851	16.840
Serviço de terceiro	41.085	2.188	1.968	20.460	65.701	59.293
Combustível p/produção energia - CCC/CDE	311.131	-	-	-	311.131	275.502
Combustível p/produção energia - sem subvenção	101.570	-	-	-	101.570	134.666
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	54.445	-	-	-	54.445	47.049
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	116.395	-	116.395	106.636
Uso de bem público - UBP	3.671	-	-	-	3.671	4.831
Depreciação e amortização	157.394	-	36	1.178	158.608	175.057
Constituição de provisões operacionais, líquida	40.747	-	-	56.393	97.140	11.019
Reversão de provisões p/créditos de liquidação duvidosa, líquida	-	-	(9.071)	-	(9.071)	(12.133)
Seguros	6.530	414	-	280	7.224	8.434
Previdência privada - SB-40	-	-	-	17.442	17.442	23.435
Indenizações trabalhistas	-	-	-	1.199	1.199	2.940
Indenizações a terceiros	32	-	2.920	75	3.027	1.762
Contribuições setoriais	1.978	-	-	2.024	4.002	3.630
Taxa de fiscalização	-	-	-	7.812	7.812	5.863
Contribuições e doações	457	45	-	3.928	4.430	3.828
Outros	8.401	61	224	9.186	17.872	22.112
	820.952	**9.328**	**118.295**	**158.393**	**1.106.968**	**1.002.677**

	CONSOLIDADO					
					2005	2004
	CUSTOS		DESPESAS			
	PRODUÇÃO E COMERCIALIZ.	SERVIÇOS PRESTADOS	DESPESAS COM VENDAS	GERAIS E ADMINISTRATIVAS	TOTAL	TOTAL
Pessoal	74.233	6.391	5.785	39.558	125.967	113.812
Material	21.379	229	38	1.207	22.853	17.931
Serviço de terceiro	48.123	2.188	2.453	22.566	75.330	66.568
Combustível p/produção energia - CCC/CDE	311.131	-	-	-	311.131	275.502
Combustível p/produção energia - sem subvenção	104.694	-	-	-	104.694	136.933
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	69.152	-	-	-	69.152	59.182
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	162.431	-	162.431	134.899
Uso de bem público - UBP	3.671	-	-	-	3.671	4.831
Depreciação e amortização	197.660	-	36	10.412	208.108	223.487
Constituição de provisões operacionais, líquida	40.083	-	-	56.499	96.582	10.598
Reversão de provisões p/créditos de liquidação duvidosa, líquida	-	-	(9.126)	-	(9.126)	(12. 095)
Seguros	8.348	414	-	477	9.239	10.752
Previdência privada - SB-40	-	-	-	17.442	17.442	23.435
Indenizações trabalhistas	-	-	-	1.199	1.199	2.940
Indenizações a terceiros	32	-	2.920	167	3.119	1.780
Contribuições setoriais	1.978	-	-	2.190	4.168	3.777
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.156	9.156	7.138
Contribuições e doações	471	45	-	4.369	4.885	5.092
Outros	8.635	61	259	24.357	33.312	33.041
	889.590	**9.328**	**164.796**	**189.599**	**1.253.313**	**1.119.603**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA 23 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia utiliza operações de arrendamento mercantil para a renovação de seu parque de informática e de sua frota de veículos.
Os contratos atualmente existentes envolvem os seguintes bens:

a) Equipamento de informática
O prazo de arrendamento é de 36 meses e a aquisição dos bens pela arrendatária está contratualmente assegurada pelo valor unitário de R$ 1,00. Existem, em 31.12.2005, 349 microcomputadores contratados (341 em 31.12.2004), representando cerca de 63% do total.
O saldo das contraprestações a pagar, em 31.12.2005, é de R$ 655, dos quais R$ 395 vencem nos próximos 12 meses e R$ 260, nos meses subseqüentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no exercício de 2005 foi de R$ 535 (R$ 441 em 2004).

b) Frota de veículos
A Companhia tem contrato de arrendamento de 43 veículos, em 31.12.2005. Os contratos tem prazo de 36 meses, estando assegurada, à arrendatária, a aquisição dos bens no término dos contratos pelo valor equivalente a 20% do valor dos bens.
O saldo das contraprestações a pagar, que tiveram início no presente exercício, é de R$ 776, dos quais R$ 553 vencem nos próximos 12 meses e R$ 223, nos meses subseqüentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no exercício de 2005 foi de R$ 967 (R$ 658 em 2004).

NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco
a.1) Risco de Mercado
A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.
A Companhia tem registrado em seus livros operações de swap de taxa de juros no mercado internacional ficando passiva à taxa fixa média de 5,272% a.a. e ativa em Libor US$ seis meses, com início de fluência em 15.10.2001 e término em 16.10.2006, com valor atual de principal de US$ 4.426 mil, equivalente a R$ 10.360 em 31.12.2005, amortizado semestralmente a partir de 15.04.2002.
Em novembro de 2004, aproveitando-se da desvalorização do Dólar frente ao Real, a Companhia implementou uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, através de operações de swaps no mercado de balcão, utilizando como veículo seu Fundo de Investimentos Exclusivo (ver Nota 3), onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos foi trocada pela variação do CDI. Os vencimentos das operações de swaps são concomitantes com as datas de vencimento do fluxo de compromissos do passivo em moeda externa, considerando-se um período de vinte e quatro meses a partir de novembro de 2004. As operações são registradas na CETIP e têm como contraparte, instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, respeitando os limites de crédito definidos pela Companhia.
Essas operações estão apresentadas nas demonstrações financeiras nas rubricas “Operações com derivativos”, no passivo circulante, e “Perdas com operações de swaps taxa de câmbio/juros”, na despesa financeira, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Passivo Circulante				
Operações com derivativos	46.181	18.984	65.876	28.002
Despesa Financeira				
Perdas com swaps de taxa de câmbio/juros	104.537	19.554	130.253	28.157

A exposição líquida da Companhia ao fator de risco de mercado, taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	498.722	716.778	498.722	1.059.280
Instrumentos de hedge - swaps	(96.031)	(237.976)	(146.356)	(339.714)
Ativos em moeda estrangeira	(19.749)	(23.776)	(36.790)	(23.776)
Exposição líquida	**382.942**	**455.026**	**315.576**	**695.790**

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo e nos contratos iniciais de compra e venda de energia, firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

A partir de 2003, com a redução das vendas de energia elétrica vinculadas aos contratos iniciais, conjugado com a entrada em operação de novas usinas, a Companhia deu inicio à ampliação de sua carteira de clientes, focando clientes industriais, os chamados Consumidores Livres. Para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais foi criada, na Companhia, a área de crédito, cujo escopo do trabalho compreende a análise prévia e o estabelecimento, em conjunto com o Comitê de Crédito, de limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 3, a partir deste exercício a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos e financiamentos foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	CONTROLADORA			
	2005		2004	
	CONTÁBIL	MERCADO	CONTÁBIL	MERCADO
Empréstimos e encargos em moeda estrangeira	498.722	495.438	716.778	699.768
Empréstimos e encargos em moeda nacional	297.362	283.941	366.318	358.058
	796.084	**779.379**	**1.083.096**	**1.057.826**

Nas controladas, as operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

NOTA 25 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. - ITASA

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, pela Companhia, celebrado, no âmbito do Consórcio Itá, em 11.09.1998, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar mais inflação norte americana.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Companhia Energética Meridional - CEM

Contrato firmado em 09.04.1999, aditado em 15.04.1999 e 09.11.2002, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, firmado em 05.01.2001, aditado em 06.03.2001 e 09.08.2002, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, nos montantes anuais de 1.125.616 MWh, 2.189.036 MWh e 2.395.903 MWh, a partir dos meses de outubro de 2002, novembro de 2002 e dezembro de 2002, respectivamente. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, celebrado em 05.01.2001, aditado em 09.03.2001 e 01.06.2002, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato firmado em 02.01.2003, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.03.2004, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência de 01.04.2004 a 31.03.2017.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, celebrado em 01.04.2004, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato firmado em 01.11.2004, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado no menor período legalmente permitido (atualmente, período anual), pela variação do IGP-M.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	CONTROLADORA							
	2005						2004	
	SUEZ ENERGY SOUTH AMERICA PARTIC. LTDA	CEM	ITASA	LAGES	TRACTEBEL ENERGIA COMERC. LTDA	CESS	TOTAL	TOTAL
Ativo								
Contas a receber	664	131	6.550	902	13.129	318	**21.694**	**16.531**
Passivo								
Fornecedores	-	30.578	9.831	1	-	-	**40.410**	**42.312**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	340.307	-	-	-	-	-	**340.307**	**432.054**
Resultado								
Receita operacional								
Suprimento de Energia	-	-	-	5.959	58.371	-	**64.330**	**12.100**
Receitas de serviços								
Administração	-	594	-	93	26	395	**1.108**	**794**
Operação e manutenção	-	1.690	9.620	1.362	-	-	**12.672**	**11.254**
Custo de Energia Elétrica e Serviços								
Compra energia	-	249.310	121.256	-	-	-	**370.566**	**414.801**
Outros	-	-	-	10	-	-	**10**	**7**
Financeiro								
Receita	-	-	14	-	-	-	**14**	**3.291**

NOTA 26 - GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá.

As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos.

A dívida apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em 31.12.2005 é de R$ 273.526 (R$ 303.736 em 31.12.2004).

A ITASA, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos acima citados, deu as seguintes garantias ao BNDES e aos Agentes Financeiros: a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; e b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com suas investidoras.

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES, o primeiro em 19.05.1999, e aditado em 25.05.1999, e o segundo em 05.04.2000. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão;

ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a

liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2005 totaliza R$ 200.926 (R$ 558.525 em 31.12.2004).
A CEM cedeu os recebíveis decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava, em garantia de pagamento de seus empréstimos e financiamentos.

Lages Bioenergética Ltda.
A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, em 25.07.2003, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2005 totaliza R$ 44.597 (R$ 48.743 em 31.12.2004).
A Lages Bioenergética, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato acima citado, cedeu em garantia os recebíveis decorrentes da comercialização da energia elétrica proveniente da Unidade de Cogeração.

NOTA 27 - SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.515.233 mil, equivalentes a R$ 8.228.106 mil em 31.12.2005, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 98.503 mil, equivalentes a R$ 230.566 mil em 31.12.2005. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 150.000 mil, equivalentes a R$ 351.105 mil em 31.12.2005, por evento.
A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 320.000 mil, equivalentes a R$ 749.024 mil em 31.12.2005, e lucro cessante de US$ 8.105 mil, equivalentes a R$ 18.971 mil em 31.12.2005.
Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 117.035 mil em 31.12.2005. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de Riscos Operacionais com cobertura de US$ 25.000 mil equivalentes a R$ 58.518 mil em 31.12.2005, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 117.035 mil em 31.12.2005.
Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de Conselheiros, Diretores e Administradores - (D&O) extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus Diretores e Empregados.

NOTA 28 - CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Além dos contratos com sociedades controladas citados na Nota 25, a Companhia possui direitos e compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão
Em conformidade com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, estabelecendo que o acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica sejam contratados separadamente da compra e venda de energia propriamente dita, a Companhia, em 20 de agosto de 1998, assinou o Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência a partir de 1º de setembro de 1998, até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição
Para atender os contratos de venda da energia elétrica liberada dos Contratos Iniciais e da energia elétrica oriunda das usinas que entraram em operação comercial a partir de 01.01.2002, a Companhia celebrou contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro, através dos quais assumiu 75% dos custos de transmissão, ficando os 25% restantes sob a responsabilidade das concessionárias distribuidoras. Os custos, para a Companhia, totalizaram R$ 110.280 em 2005 (R$ 100.964 em 2004).

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

Em 31.12.2005, os Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica da Companhia foram extintos, conforme redução de 25% ao ano, ocorrida a partir de 2003. Com isso, a energia liberada desse Contratos foram contratadas através da venda a Consumidores Industriais, Comercializadoras e Distribuidoras.

CONTRATANTE	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO	ENERGIA CONTRATADA (MWH)
RGE	01.01.2006 a 31.12.2014	33.324.510
CELESC	01.01.2006 a 31.12.2007	262.760
	01.01.2006 a 31.12.2008	18.542.585
Companhia Paulista de Força e Luz	01.01.2006 a 31.12.2010	8.456.168
Companhia Piratininga de Força e Luz	01.01.2006 a 31.12.2010	4.931.584
Light	01.01.2006 a 31.12.2007	665.658
Comercializadoras	01.01.2006 a 31.12.2007	5.854.802
	01.01.2006 a 31.12.2010	15.749.276
	01.01.2006 a 31.12.2016	10.525.045
Consumidores Industriais	01.01.2006 a 31.12.2007	7.932.943
	01.01.2006 a 31.12.2010	4.081.552
	01.01.2006 a 31.12.2012	2.786.208
Distribuidoras		
1º Leilão de Energia existente (2004)	01.01.2007 a 31.12.2014	701.280
2º Leilão de Energia existente (2005)	01.01.2008 a 31.12.2015	10.512.000
4º Leilão de Energia existente (2005)	01.01.2009 a 31.12.2016	26.709.648
Leilão de Energia Nova (2005)	01.01.2010 a 31.12.2039	52.560.000

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN - Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL.

No mês de março de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu a Portaria nº 153, de 30.03.2005, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005 foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 155/05 estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos foi reduzido o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato, de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de

lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente.
Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

e) Compra de gás natural
Em 10 de novembro de 2000, a Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul - MSGÁS, com vigência de 5 anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande - MS.

f) Revitalização dos geradores da Usina Hidrelétrica Salto Osório
Em 19 de dezembro de 2003, a Companhia celebrou contrato com a GE Hydro Inepar do Brasil S.A., com vigência de quatro anos, para a reforma geral das seis unidades geradoras da UHE Salto Osório.

NOTA 29 - SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.

Conselho de Administração

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Nicolas Alain Marie Tissot
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

Diretoria Executiva

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Departamento de Contabilidade

Marcelo Cardoso Malta
Contador - CRC RJ 072259/O-5

Parecer dos Auditores Independentes

Sem ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Tractebel Energia S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Tractebel Energia S.A. individual (controladora) e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Itá Energética S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, foram examinadas por outros auditores independentes e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento e do resultado decorrentes nessa controlada, está baseada no parecer desses auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2006.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC RS – 42.460/S - SC
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” SC

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Carla Carvalho de Carvalho e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2005 e a proposta de destinação de lucro, e com base no parecer dos auditores independentes BDO Trevisan Auditores Independentes emitido em 20/01/06, declaram que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S/A em 31 de dezembro de 2005, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 09 de março de 2006

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Carla Carvalho de Carvalho
Conselheira Secretária

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro